

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Consultor

Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Diretor-Presidente

Jose Castilho Marques Neto

Editor-Executivo

Jeziro Hemani Bomfim Gutierre

Assessor Editorial

Antonio Celso Ferreira

Conselho Editorial Acadêmico

Alberto Tsuyoshi Ikeda

Célia Aparecida Ferreira Tolentino

Eda Maria Góes

Elisabeth Criscuolo Urbina

Ildeberto Muniz de Almeida

Luiz Gonzaga Marchezan

Nilson Charadello

Paulo César Corrêa Borges

Sérgio Vicente Moura

Vicente Pleitez

Edições-Assistentes

Anderson Nobara

Altere Zeeber

Lígia Cosmo Canarelli

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE

Diretora

Marta Arrêche

Conselho Diretor do CEM

Adrián Curza Lavalle

Alvaro Augusto Comin

Antonio Sérgio Guimarães

Charles Kischbaum

Eduardo Marques

Fernando Limongi

Nádyra Araújo Guimarães

Márcia Lima

Marta Arrêche

Henri Gervaiseau

Paula Montero

Ronaldo de Almeida

Sandra Gomes

Vera Schabran Coelho

Comissão Coordenadora do Instituto Nacional de

Ciência e Tecnologia

Antonio Sérgio Guimarães

Celi Scalon

Eduardo Marques

Elisa Reis

Fernando Limongi

Marta Arrêche

Nádyra Araújo Guimarães

Paula Montero

EDUARDO MARQUES

Redes sociais,
segregação e
pobreza

SBD-FFLCH-USP



314740



centro de estudos da metrópole

editora
unesp

305.36
M357M
e. 2
21890389

© 2010 Editora UNESP

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editoraunesp.br

Centro de Estudos da Metrópole
Rua Mogadão de Matrus, 615
04015-902 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11) 5574-0399
Fax: (0xx11) 5574-5928
www.centrodametropole.org.br

CIP - Brasil. Catalogação na fonte
Síndico Nacional dos Editores de Livros, RJ

M315f
Marques, Eduardo
Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo / Eduardo Marques. - São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.
216p.: il.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-393-0012-9

1. Pobreza urbana - São Paulo (Estado). 2. Segregação - São Paulo (Estado). 3. Redes de relações sociais - São Paulo (Estado). 4. São Paulo (Estado) - Condições econômicas. 5. Renda - Distribuição - São Paulo (Estado). 6. Sociologia urbana - São Paulo (Estado). II. Título. III. Título.
CDU: 307.76998161
CDU: 316.394.56(815.61)
10-1195

Editora afiliada:



Não existe isso a que chamam de sociedade. Existem homens e mulheres individuais, e existem famílias.
Margaret Thatcher, 1987.

É um assunto para debate o quanto do retorno da ideia de que as pessoas são responsáveis individualmente por suas próprias posições sociais, como resultado de boas ou más escolhas, deve-se ao surgimento de política impregnada de religião.
Brian Barry, 2005.

Por tempo demais ignoramos a importância das redes sociais no desenho de políticas de bem-estar, pois pressupomos que uma certa combinação de incentivos e habilidades seria suficiente para solucionar o problema da exclusão social. O único debate sobre o futuro dessas políticas que merece atenção é sobre como os sistemas de proteção podem se tornar parte do que dá sustentação ao tecido relacional de nossa sociedade.
Perrin, 6, 1997.

Aqui é cada um com o seu cada qual.
Mortadoro do Jardim Elito, Sapopemba, 2007.

Eduardo Marques

mais rico e sistemático em Ciências Sociais quanto para o urgente enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais nas cidades.

A publicação deste livro, entretanto, veio a se concretizar por meio dos apoios institucionais do Centro de Estudos da Metrópole, da Editora UNESP e da proposta de difusão do SESC São Paulo, fundamentais para viabilizar esta edição.

O mais efusivo agradecimento, entretanto, é endereçado à equipe de pesquisa sobre redes e pobreza, que tem este livro como um de seus produtos. O grupo incluiu, em momentos diversos e pela ordem de entrada em cena: Renata Bichir, Miranda Zoppi, Thais Pavoz, Igor Pantoja, Ináçtas discussões conceituais, empíricas e existenciais que travamos, assim como pela inestimável ajuda operacional nas entrevistas e no processamento dos dados.

Após a defesa da tese, retornei ao campo para aumentar o número de casos e desenvolver a etapa qualitativa da investigação, o que resultou na ampla revisão do texto anterior e na inclusão de novos capítulos. Nesse estágio, agradeço pela leitura atenta e generosa de Renata, Ináçta, Miranda e Val, que ajudaram a retirar as ambiguidades do texto e a torná-lo mais acessível. Adicionalmente, agradeço à Miranda pela ajuda na revisão final e à Renata por uma última leitura atenta, em especial aos resultados reportados. Este livro não seria possível sem o trabalho dedicado e alegre dessa equipe, que contribuiu não apenas em termos operacionais, mas também intelectuais para esse resultado.

Por fim, agradeço à Val pela alegre e improvável combinação cotidiana de densidade e leveza.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
O estudo	19
O livro	24
CONSTRUINDO PONTES CONCEITUAIS. POBREZA URBANA, SEGREGAÇÃO E REDES	27
Pobreza urbana e segregação	28
Redes sociais e pessoais	43
Pobreza, segregação e redes	57
OS ESPAÇOS E AS POBREZAS DE SÃO PAULO	59
A metrópole paulistana e suas pobreza	59
Locais estudados e procedimentos de pesquisa	66
As localizações	73
Comparando os locais de moradia dos entrevistados	91
COMO SÃO AS REDES DE INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA?	95
Os entrevistados e suas características	96
As redes e a sociabilidade	101
Atributos e redes	106
Sumarizando os efeitos dos atributos	117

COMO AS REDES VARIAM? TIPOS DE REDES E TIPOS DE SOCIABILIDADE	
Os tipos de redes	122
Os tipos de sociabilidade	131
Combinando tipos de redes e de sociabilidade	138
AS REDES IMPORTAM PARA O ACESSO A BENS E SERVIÇOS OBTIDOS EM MERCADOS?	
Trabalho	142
Trabalho protegido	144
Precariedade social	145
Rendimentos	149
Sumarizando os efeitos das redes	153
AS REDES IMPORTAM PARA O ACESSO DE BENS E SERVIÇOS OBTIDOS FORA DE MERCADOS?	
Trocas, ajudas e confiança	156
Ajudas	159
COMO AS REDES IMPORTAM? MECANISMOS NAS (E DAS) REDES	
Mudança na rede	175
Os mecanismos que moldam as redes e medeiam a sua mobilização	177
CONCLUSÃO	187
ANEXO	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197

INTRODUÇÃO

Este livro sustenta a importância da sociabilidade para a compreensão das condições de pobreza urbana, tanto no que diz respeito ao acesso a bens e serviços obtidos via mercado quanto no provimento aos indivíduos de elementos oriundos de trocas e apoio social. Embora essa afirmação possa parecer simples a um leitor não especialista, que considere evidente que o cotidiano dos indivíduos influencia as suas condições de vida, os principais debates acadêmicos sobre o tema foram construídos de tal forma que acabaram por apontar em outras direções. Foi levado a essa abordagem pelos resultados de meus trabalhos anteriores sobre o tema, realizados em registro mais tradicional, como sobre a distribuição da estrutura social no espaço, as desigualdades de acesso a políticas e a segregação, assim como pela discordância da forma pela qual as relações têm sido incorporadas pela literatura.

A maior parte do que foi escrito sobre pobreza urbana, em especial no Brasil, tem sido polarizada por perspectivas baseadas em dinâmicas econômicas sistêmicas ou categorias macrosociológicas e pela análise de atributos e comportamentos individuais. A primeira e fundadora geração de estudos de nossa sociologia urbana desenvolveu, nos anos 1970, diversas análises derivando condições de vida e de pobreza diretamente da especificidade de nosso capitalismo (periférico), do seu mercado de trabalho caracterizado pela presença estrutural do trabalho informal e da extensa desigualdade de acesso a políticas a que grande parte da população se encontrava submetida. Nesse período, acumulamos extenso conhecimento sobre nossas periferias e os processos envolvidos com sua geração.

Seguiu-se um período de intensa fragmentação teórica e renúncia a partir dos anos 1980, durante o qual a questão da pobreza foi interpretada por

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Director-Presidente

José Castilho Marques Neto

Editor-Executivo

Jeziro Hernani Bonfim Guiterre

Assessor Editorial

Antonio Celso Ferreira

Conselho Editorial Acadêmico

Alberto Tsuyoshi Ikeda

Célia Aparecida Ferreira Tolentino

Eda Maria Góes

Elisabeth Criscuolo Urbinati

Ildeberto Muniz de Almeida

Luiz Gonzaga Marchezan

Nilson Chiaradello

Paulo César Corrêa Borges

Sérgio Vicente Motta

Vicente Pleitez

Editores-Assistentes

Anderson Nobara

Artete Zebber

Ligia Cosmo Cantarelli

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE

Directora

Mara Arretche

Conselho Diretor do CEM

Adrián Gurza Lavalle

Alvaro Augusto Comin

Antônio Sérgio Guimarães

Charles Kirschbaum

Eduardo Marques

Fernando Limongi

Nadya Araújo Guimarães

Marcia Lima

Mara Arretche

Heni Gervaiseau

Paula Montero

Ronaldo de Almeida

Sandra Gomes

Vera Schattan Coelho

Comissão Coordenadora do Instituto Nacional de

Ciência e Tecnologia

Antônio Sérgio Guimarães

Celi Scalón

Eduardo Marques

Elisa Reis

Fernando Limongi

Mara Arretche

Nadya Araújo Guimarães

Paula Montero


EDUARDO MARQUES

Redes sociais, segregação e pobreza

SBD-FFLCH-USP



314740

 editora
unesp



centro de estudos da metrópole

social, assim como disporem de rendimentos. Os resultados sugerem a centralidade das redes e da sociabilidade para a definição de cada uma das situações mencionadas, demonstrando a necessidade da sua integração aos estudos sobre o tema, assim como nas políticas que pretendem combater a pobreza e promover o bem-estar.

Entretanto, como consideramos a pobreza de forma multidimensional, a análise não estaria completa se não levássemos em conta os elementos que geram ou mitigam as situações de privação social, mas são obtidos fora da lógica mercantil. Isso inclui o efeito das redes sobre o acesso dos indivíduos a bens e serviços mobilizados cotidianamente pelos indivíduos fora dos mercados, tanto de outros indivíduos (em trocas personalizadas) quanto do Estado (por meio da lógica da cidadania), mas de alguma forma mediado por outros indivíduos. Isso inclui a dinâmica do clientelismo e também a circulação de informações sobre políticas entre burocracias de nível da rua e demandantes de políticas, ou mesmo entre estes últimos. O sexto capítulo explora essa dimensão. Utilizando as informações da parte qualitativa da pesquisa, discuto de que maneira os padrões relacionais influenciam na mobilização de ajudas e bens que permitem a solução de problemas do dia a dia, como os cuidados com crianças e idosos, acesso a políticas, pequenos empréstimos ou apoio emocional, por exemplo, contribuindo para a mitigação da pobreza.

O sétimo capítulo discute as transformações das redes e os mecanismos que explicam a sua mobilização cotidiana. O capítulo visa responder à última das perguntas formuladas anteriormente – quais são os mecanismos pelos quais as redes influenciam as condições de vida, a pobreza e as desigualdades sociais na vida cotidiana dos indivíduos? Esses mecanismos explicam substancialmente não apenas as grandes diferenças entre as redes dos indivíduos, quanto à sua mobilização diferenciada para resolver problemas do dia a dia, gerando acessos desiguais a ajudas e oportunidades. Embora essa diferença seja apenas analítica, e na prática os processos sejam muitas vezes concomitantes, no primeiro caso as redes são impactadas pelos mecanismos, enquanto no segundo o acesso a oportunidades é mediado por mecanismos que envolvem redes. Os resultados confirmam a discussão dos capítulos anteriores, indicando a centralidade da sociabilidade para as condições de vida. Além disso, permitem que passemos das correlações aos mecanismos, especificando de que maneira as redes importam e compreendendo o seu papel primordial na reprodução das condições de vida e de pobreza.

Ao final, resumo os resultados apresentados e discuto sucintamente as consequências dos padrões encontrados para as políticas públicas. O conjunto dos resultados permite afirmar a relevância da sociabilidade para a explicação das condições de pobreza, assim como ilumina os efeitos diferenciados de diversos contextos relacionais no acesso dos indivíduos às estruturas que interferem nas condições de vida e na pobreza.

CONSTRUINDO PONTES CONCEITUAIS. POBREZA URBANA, SEGREGAÇÃO E REDES

Considero a pobreza um fenômeno multidimensional gerado por diversos processos sociais, os quais estão ligados à inserção social e econômica dos indivíduos. Essa inserção ocorre de forma dinâmica em trajetórias de vida, ao longo das quais os indivíduos têm acesso tanto a estruturas diversas – considerando os atributos e as condições – quanto a estratégias, práticas e eventos sociais cotidianos. O acesso a essas estruturas é mediado, entre outras, pela localização dos indivíduos no espaço urbano e pelas redes sociais em que estão incluídos, por meio da operação de mecanismos sociais específicos, porém diversos e articulados. O objeto deste capítulo é construir conceitualmente essa perspectiva a partir das literaturas pertinentes. Não se trata de forma alguma de resenhar os debates, alguns deles já bastante conhecidos, mas, sim, delimitar o objeto e a abordagem a serem seguidos e explicitar a maneira como considero que pobreza, espaço e redes se conectam dinamicamente.

Este capítulo é dividido em três seções. A primeira introduz uma discussão geral sobre a pobreza urbana e suas conexões com a produção do espaço. A segunda seção apresenta a literatura sobre redes sociais e pessoais, discutindo a ontologia social considerada pela literatura e especificando de que forma vários elementos de interesse para o tema deste livro foram tratados pelos debates a respeito das redes sociais. Fecho a seção resenhando com algum detalhe as contribuições sobre redes pessoais que encontram paralelo com processos discutidos ao longo do livro. Na última seção do capítulo, por fim, discuto sucintamente a associação entre os três elementos destacados – pobreza urbana, segregação e redes sociais.

POBREZA URBANA E SEGREGAÇÃO

A pobreza é um dos fenômenos mais analisados pelas literaturas sociológica e econômica nas últimas décadas. No caso da América Latina, a centralidade das dimensões econômicas e dos mercados de trabalho percorre todo o período de hegemonia, desde o paradigma da modernização sobre os estudos a respeito do desenvolvimento nos anos 1950 até a crítica posterior que sustentava a inexistência de convergência e a importância da inserção dependente na divisão internacional do trabalho. Apesar de nuanceada, essa associação direta da pobreza com processos econômicos em geral, com o mercado de trabalho e com rendimentos em particular, marca diversos estudos até hoje.

Para alguns autores, a persistência da ênfase nos rendimentos se liga à sua relevância (Rocha, 2003), mas se associa também às dificuldades de incorporação de outras informações (Bolvinik, 1998; Iceland, 2006), apesar de esforços de mensuração mais complexa desenvolvidos recentemente (Levitas et al., 2007). Estabelecer uma unidade de medida única facilmente mensurável e padronizada é um passo importante para o desenvolvimento de estudos comparativos. Por essa razão, trabalhos que utilizam a distribuição dos rendimentos e as chamadas linhas da pobreza são tão disseminados (Rocha, 2003; Hoffman, 2000), com discussões intensas a respeito das dimensões absolutas e relativas da pobreza (Bolvinik, 1998; Iceland, 2006).

Muitos autores têm introduzido outras variáveis nas análises da pobreza, pois tomou-se, inclusive, praticamente consensual que um conjunto amplo de elementos exerça grande influência sobre as condições de vida. Entretanto, essa incorporação pode não chegar a alterar a ontologia considerada para o fenômeno, tratando processos sociais como quase econômicos. Em um estilo de análise hoje hegemônico no debate brasileiro, atributos sociais têm sido utilizados como ativos na busca de rendimentos monetários (Barros; Henriques; Mendonça, 2000; Neri, 2000). Esses ativos senam compostos por capital físico – acesso à moradia, posse de bens duráveis, capital humano – educação e experiência profissional, assim como por capital social – participação em entidades associativas e atividades políticas, acesso à informação (Neri, 2000). Segundo essa visão, a pobreza seria gerada pela ausência de ativos (Moser, 1998), sendo os locais geográficos da sua concentração marcados pelo que Wacquant (1996, p.149) denominou criticamente “premissa da desorganização”.

Não há dúvida de que os ativos são muito importantes e que a sua posse incide sobre diversos processos reprodutores da pobreza, em especial as credenciais sancionadas ou não no mercado de trabalho, gerando rendimentos monetários. A questão, entretanto, não se restringe às variáveis utilizadas. Sob esse ponto de vista, a incorporação de outras variáveis

referentes a atributos individuais, aparentemente, pode tornar complexos os modelos – como no caso da escolaridade –, mas continua baseada na ideia de que a pobreza é produzida pela incapacidade individual de obter rendimentos de forma atomizada no mercado. Isso não soluciona o problema, pois mantém o ponto de partida ontológico da pobreza como um fenômeno produzido individualmente.

Todavia, se pretendemos compreender a produção do fenômeno em toda a sua complexidade, devemos partir da ideia amplamente disseminada nas ciências sociais de que o bem-estar nas sociedades de mercado contemporâneas é produzido (e reproduzido) por pelo menos três esferas – mercados, Estado e comunidade/família (Esping-Andersen, 2000) –, associadas a diferentes inserções econômicas – trocas mercantis, redistribuição e solidariedade (Musterd; Murie, 2002) ou, ainda, vinculadas a três estruturas de oportunidade diversas em sentido econômico mais estrito (Katzman, 1999; Katzman; Retamoso, 2005).

Inegavelmente, o Estado provê um amplo leque de políticas e serviços que, embora varie muito entre os países, “descomodifica” uma parte importante do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas (Esping-Andersen, 2000). Essa ação estatal torna a pobreza urbana fortemente influenciada pelo leque de políticas provido pelo Estado em situações diferentes, como mostra a comparação da situação norte-americana com a francesa (Wacquant, 2008, 2001), assim como entre os países europeus (Musterd; Murie, 2002). O terceiro conjunto de elementos – sociais – pode incluir tanto características das famílias (Gonzalez de la Rocha, 2001) quanto elementos, processos e arranjos coletivos localizados em níveis superiores a elas (Mingione, 1994; Silva Telles; Cabannes, 2006).

Em cada caso, o bem-estar seria provido por uma combinação específica e dinâmica dessas três instâncias, e a pobreza seria causada pelo provimento de bem-estar em quantidade ou qualidade insuficiente ao conjunto dessas esferas, mediadas por estruturas de médio alcance, como as instituições, o espaço, as redes sociais e as estratégias individuais. A vulnerabilidade social, nesse sentido, pode estar na inexistência de ativos, gerando o que Moser (1998) denomina vulnerabilidade de ativos (tanto tangíveis quanto intangíveis, como relações familiares e capital social), mas também no acesso restrito às estruturas de oportunidades existentes, o que dificulta o uso dos recursos da pobreza, no sentido de Gonzalez de la Rocha (2001). Em outras palavras, a vulnerabilidade pode ser causada por insuficiências nas estruturas de oportunidades e também por dificuldades dos indivíduos em acessá-las (Katzman; Retamoso, 2005; Briggs, 2001).

Por essa razão, e seguindo a crescente literatura, a pobreza é considerada um fenômeno multidimensional (Mingione, 1996; Levitas et al., 2007; Musterd; Murie, 2002) influenciado por vários processos, inclusive supraindividuais e extraeconômicos. A definição desses elementos

depende dos enquadramentos culturais e dos patamares de justiça aceitos por uma dada sociedade (Sen, 2000) e instituídos nas políticas do Estado (Paugam, 2005), que conformam limites mínimos de bem-estar reconhecidos socialmente de maneira ampla. Compreender a pobreza de forma multidimensional nos permite enquadrar com maior plasticidade aqueles indivíduos que, apesar de conseguirem sobreviver, não têm acesso aos mais importantes benefícios das sociedades urbanas modernas. Além disso, diversos acontecimentos, como doenças, envelhecimento e desemprego, podem transformar a vulnerabilidade em privação social.¹ O sentido de vulnerabilidade aqui consiste na existência de uma condição de fragilidade diante de contingências e/ou crises, tornando muito possível a passagem desses indivíduos para situações de privação em sentido estrito no futuro. Na verdade, é provável que tais indivíduos transitem entre situações próximas da privação ao longo do tempo. O sentido dessas contingências e as respostas a elas tendem a variar substancialmente, considerando as diversas instituições do bem-estar, os contextos culturais e os diferentes arranjos de reciprocidade presentes (Mustered; Muir, 2002; Esping-Andersen, 2000; Mingione, 1994).

Em vez de uma única forma de pobreza, portanto, podemos considerar várias pobres distintas, associadas a atributos sociais diversos ligados à estrutura etária, à composição familiar e à inserção no mercado de trabalho. A distribuição espacial dessas formas de pobreza aumenta ainda mais a complexidade do fenômeno, já que a inserção desses grupos no espaço urbano pode facilitar ou dificultar o acesso a bens, serviços e oportunidades. Outra fonte de heterogeneidade está no fato de a privação social tender a se sobrepor e se acumular em determinadas regiões, embora não de uma forma completa ou perfeita, como mostraram Bichir, Torres e Ferreira (2005) no caso de São Paulo. Consequentemente, certas regiões concentram precariedade de maneira mais intensa do que outras, com diversos efeitos negativos para quem lá reside (Wilson, 1987; Massey; Denton, 1993).

Concentração espacial da pobreza e segregação

Os elementos espaciais são destacados nos esforços mais sociológicos de análise da pobreza urbana. A concentração no espaço é, talvez, a faceta da pobreza mais amplamente destacada pela literatura. Os efeitos negativos

¹ Levtas et al. (2007) diferenciam esses acontecimentos entre fatores de risco – associados a dimensões sociais mais de fundo como o envelhecimento, a inserção precária no mercado de trabalho, e ganhos causais – e eventos que explicam em termos causais a privação, como a doença, a perda do emprego ou a dissolução da família, por exemplo.

da concentração espacial sobre as situações de privação social crescem quando acompanhados de segregação social no espaço, o que se entende como separação de grupos sociais em áreas relativamente homogêneas e distantes entre si no território da cidade (Marques, 2005a). Nesse caso, as “famílias têm que dar conta não apenas da sua própria pobreza, mas também do isolamento social e da privação econômica das centenas, senão milhares, de outras famílias que vivem perto delas” (Jargowsky, 1997, p. 1).

A mais importante referência aqui é, certamente, o clássico estudo de Wilson (1987). O autor trabalhou em um ambiente intelectual bastante polarizado teórica e politicamente entre culturalistas, que defendiam a existência de culturas da pobreza e tendiam a culpar os pobres, e estruturalistas, que defendiam a relevância dos processos de reorganização econômica na elevação da presença de pobreza nas grandes cidades norte-americanas. Wilson produziu uma explicação que levava em conta tanto dinâmicas macrosociais quanto o cotidiano dos moradores nos chamados guetos negros, desmontando a ideia de cultura da pobreza, assim como da relevância central do racismo para a explicação do aumento da pobreza e dos problemas sociais. O autor demonstrou que o recrutamento da pobreza em áreas centrais nos Estados Unidos foi o produto combinado de transformações econômicas que levaram à elevação do desemprego e à queda da renda dos mais pobres, com o aumento da concentração espacial da pobreza e da homogeneidade social dos chamados guetos negros.

Embora, segundo Wilson, a dimensão racial não esteja no centro da causalidade, ela seria trazida para o centro da explicação de Massey e Denton (1993). Enquanto para esses autores a espiral de pobreza estaria associada a preconceito racial, para Wilson (1987) o aumento da segregação de grupos sociais em desvantagem teria sido produzido pela migração das famílias mais afluentes (principalmente a classe média negra) para melhores regiões, deixando para trás apenas as parcelas da “comunidade” em piores condições sociais e reduzindo a mistura entre grupos sociais (negros). Os resultados obtidos por Jargowsky (1997) sobre segregação em todas as cidades norte-americanas confirmam as hipóteses de Wilson (1987), mas Jargowsky e Yang (2006) sugerem que a concentração nas cidades estadunidenses recentemente tem retrocedido. Apesar de o argumento central desses trabalhos conter uma dimensão relacional muito forte, os autores não utilizam análise de redes, o que seria realizado mais adiante por trabalhos como o de Briggs (2001).

Macquart (2002; 2008), no entanto, leva os argumentos de Wilson mais longe ao afirmar que a existência da nova pobreza urbana decorre não mais da ausência de desenvolvimento, mas justamente do dinamismo econômico do capitalismo contemporâneo em suas versões mais avançadas. Além disso, está associada a um novo fenômeno nas grandes cidades de todo o mundo – o hipergueto –, que por sua vez está relacionado ao

aumento das desigualdades e à dualização do mercado de trabalho, pela retração do estado do bem-estar, a crescente concentração da pobreza e a associação dos seus espaços a estigmas territoriais ligados especialmente à violência, enquadrada pelo Estado sob a lógica da penalização. Esses espaços se caracterizariam pelo seu desligamento do dinamismo da economia como um todo, pela fixação e estigmatização territorial, associadas à dissolução do lugar, o que é entendido como a perda de um território onde a população se situa segura e com o qual se identifique (Wacquant, 2007; Auyero, 1999; Auyero; Swistun, 2009), a perda dos grupos de apoio de fundo presentes no gueto anterior e a fragmentação simbólica e social em um contexto de desproletarização. Cada uma dessas dimensões reforçaria o isolamento e a subordinação política dos grupos ali residentes.

Estudos sobre São Paulo têm destacado a importância do estigma territorial, bem como de estratégias de penalização da pobreza, entretanto a maior parte das evidências descarta a ideia de polarização. Apesar da elevada pobreza e da precariedade que marcam as grandes cidades brasileiras, a presença do Estado na provisão do bem-estar tem crescido desde a redemocratização. Isso faz com que a penalização seja concomitante a processos de reconhecimento de direitos, o que gera resultados complexos e, por vezes, contraditórios.

A ideia de gueto aqui é metafórica e não específica, pois há polêmicas se os bairros negros e latinos nas grandes cidades norte-americanas dos dias de hoje representam guetos (Massey; Denton, 1993; Marcuse, 1996; Jargowsky, 1997; Briggs, 2001; Wacquant, 2008, 1996). A maior parte dos autores, contudo, defende que os graus de segregação ali existentes, embora elevados, não contam com limites físicos e, principalmente, dispositivos legais suficientes para que se sustente a existência desse fenômeno, exceto em sentido metafórico. Em relação às principais cidades europeias, a literatura parece ser unânime em rejeitar a qualificação de gueto, embora destaque a elevada presença de situações de pobreza, porém de forma menos segregada, em cidades como Paris, Stuttgart, Londres, Hamburgo, Bruxelas, Berlim e Milão (Mingione, 1994; Musterd; Murie, 2002). De forma similar, a inexistência de dispositivos legais nas cidades brasileiras nos leva a rejeitar o conceito de gueto para caracterizar nossas periferias, embora possamos observar graus de separação muito elevados e resilientes no tempo (Bichir; Torres; Ferreira, 2005; Torres, 2005c; Marques; Gonçalves; Saraiva, 2006).

A situação de completo isolamento espacial do gueto representa o ponto culminante na variação contínua da segregação residencial (Grafmeyer, 1996). Quando o isolamento é voluntário e usualmente associado a estratégias exclusivistas de grupos sociais que recorrem à autoss segregação, nos os casos, há barreiras físicas ou institucionais a serem transpostas para

sair (do gueto) ou para entrar (na cidadela) e, muito frequentemente, há regras legais limitando a circulação e o acesso (Marcuse, 1997a; 1997b). Sob o ponto de vista social, entretanto, os fenômenos são completamente distintos (Wacquant, 2001; 1996; Fairstein; Gordon; Harloe, 1992; Mingione, 1996; Davis, 1993; Massey; Denton, 1993).

Em período recente, os processos de autoss segregação têm criado cidadelas ou enclaves fortificados de riqueza inseridos no tecido urbano de inúmeras cidades do mundo, em especial nas Américas e, inclusive, em São Paulo (Davis, 1992; Sabatini, 2001; Salcedo; Torres, 2004; Duren, 2006; Caldera, 2000; Salgado, 2000), levando, segundo alguns, a uma fragmentação das cidadanias urbanas (Alsayyad; Roy, 2006). No caso da metrópole paulistana, o fenômeno é amplamente visível em termos políticos e simbólicos (Caldera, 2000), mas embora a extensão dessas ocupações seja significativa na zona oeste, a escala do fenômeno não é relativamente tão grande quando comparada ao estoque populacional de classe média localizada no centro expandido, pelo menos até o ano 2000 (Marques; Bitar, 2002).

Se o isolamento completo entre grupos não é a dimensão que especifica centralmente a segregação em nossas cidades, esta deve ser considerada um fenômeno contínuo que incorpora distâncias físicas. Isso pode introduzir dificuldades para as estratégias de mensuração quantitativa do fenômeno,² mas aparentemente deve ser considerada por razões conceituais. Na ausência de barreiras físicas ou institucionais (como as presentes em um gueto), a separação dos grupos sociais em espaços socialmente homogêneos só ganha sentido se houver dificuldades para o estabelecimento de contato frequente entre eles. As distâncias, portanto, dão origem a padrões mais contínuos do fenômeno do que os capturados pelos conceitos de guetos, cidadelas e enclaves citados anteriormente. No caso das grandes cidades brasileiras, marcadas por elevada segregação de amplas periferias, a questão está no centro do debate desde os anos 1970 (Bonduki; Rolnik, 1982; Kowarick, 1979) e permanece ainda hoje como elemento reprodutor de vulnerabilidade social (Kowarick, 2009).

Em termos mais técnicos, a análise da segregação pode ser realizada pela mensuração da separação e da homogeneidade entre grupos sociais (ver Sabatini et al., 2001b; Sabatini, 2004; Torres, 2005c; Preteceille, 2003), ou da concentração e da predominância daqueles grupos (Jargowsky,

² Os índices mais usados para quantificar a segregação não levam em conta centralmente a dimensão da distância, como no caso do Índice de Dissimilaridade, que a desconsidera completamente. O Índice de Moran global, por outro lado, considera a distância apenas para estabelecer os padrões de contiguidade das matrizes de vizinhanças (microsegregação), o que torna impraticável a análise concomitante dos mapas de Moran local para o entendimento da segregação na escala da cidade (macrosegregação). Para exemplos da utilização de ambos, ver Marques e Torres (2005) e Bichir (2006).

1997; Preteceille, 2006), considerando alguma característica social específica (inserção ocupacional, renda, escolaridade, raça etc.). Por vezes, esses estudos geraram um conjunto de medidas, sendo o mais importante o chamado Índice de Dissimilaridade, utilizado para São Paulo por Torres (2005) e Torres e Bichir (2009) e calculado para inúmeras cidades norte-americanas por John Logan.³ A questão envolve algumas dificuldades analíticas, visto que a escala de análise da segregação altera significativamente os resultados obtidos (Sabatini et al., 2001b; Bichir, 2006). Esse problema, na verdade, não é meramente técnico, pois a segregação pode ocorrer de maneira diferente em distintas escalas, como no conjunto da cidade (macrosegregação) ou no interior dos bairros e locais separadamente (microsegregação). Conseqüentemente, os instrumentos de medida e a metodologia devem ser escolhidos de forma apropriada (Sabatini et al., 2001b; Bichir, 2006; Torres, 2005c). Quando a segregação for citada ao longo deste trabalho, me refiro à macrosegregação ou segregação na escala do conjunto da cidade. Nessa escala, a dimensão da distância entre grupos já mencionada está incorporada implicitamente.

Outros trabalhos tentam delimitar e tipificar espacialmente a pobreza urbana, considerando a já citada multidimensionalidade do fenômeno. Partem de escolhas metodológicas que privilegiam os detalhes e a complexidade dos padrões, inclusive em termos de sua distribuição no espaço. No caso da cidade de São Paulo, a combinação da análise estatística com técnicas de geoprocessamento tem permitido nos últimos anos o desenvolvimento de estudos como o CEM (2004), por exemplo, que produziu tipologias das situações de vulnerabilidade em unidades espaciais bastante desagregadas a partir de uma série de indicadores sociais. Essa tipologia indicou a existência de pobreza e vulnerabilidades diferentes segundo a estrutura familiar e o ciclo de vida, e não apenas rendimento e escolaridade. A distribuição espacial desses tipos sugeriu a presença de intensa heterogeneidade social nos espaços, inclusive periféricos, como discutirei no próximo capítulo. Resultados similares têm sido alcançados por análises sobre a distribuição da estrutura social no espaço (Marques; Scalon; Oliveira, 2008; Scalon e Marques, 2008).

Essa heterogeneidade é em parte explicada pela associação muitas vezes verificada empiricamente entre segregação e desigualdades de acesso.⁴

³ O Índice de Dissimilaridade mede a proporção de uma dada população que deveria ser movida entre unidades espaciais para que a incidência de um dado atributo alcançasse para cidades norte-americanas, ver os trabalhos coordenados por Logan em <http://muniford.albany.edu/census/data.html>.

⁴ A literatura sobre estratificação diferencia as desigualdades de resultados das desigualdades de oportunidades. As desigualdades de acesso a políticas representam desigualdades de oportunidades, pois mediam a aquisição de escolaridade, boas condições de saúde etc. Por outro

Por um lado, grupos segregados têm acesso diferenciado às oportunidades e aos equipamentos presentes na cidade, com conseqüências negativas tanto em cidades europeias (Pinçon-Charlot et al., 1986) quanto norte-americanas (Massey e Denton, 1993; Morenoff, 2003; Briggs, 2001) e latino-americanas (Katzman; Retamoso, 2005; Sabatini et al., 2001b; Torres; Ferreira; Gomes, 2005; Gomes; Armirano, 2005; Bichir, 2006). Por outro lado, os diferenciais de acesso também contribuem para a segregação por meio da estrutura dos preços do solo, em especial em cidades marcadas pela escassez de amenities (como as latino-americanas) ou pela degradação do quadro construído de certas áreas (como nas grandes cidades norte-americanas).

Portanto, não é apenas a segregação que especifica o acesso desigual, mas também (e ao mesmo tempo) a desigualdade de acesso que especifica e reproduz a segregação. Entretanto, quando um dos problemas é eliminado, o outro pode persistir, como no caso de inúmeras cidades onde a universalização do acesso a bens e serviços providos pelo Estado não solucionou a segregação. Portanto, apesar de a segregação e as desigualdades de acesso influenciarem-se continuamente, elas dizem respeito a processos distintos e devem ser separadas conceitualmente.

Este ponto de vista não é unânime nas discussões brasileira e latino-americana, nas quais a associação empírica dos fenômenos fez com que parte importante da literatura os tratasse de forma indiferenciada. Na produção brasileira sobre o tema, não é possível encontrar uma única posição sobre o problema, sendo o conceito de segregação utilizado tanto para designar separação entre grupos sociais distintos quanto desigualdade de acesso a políticas. Em Lago (2002) e Maricato (2003), por exemplo, segregação significa os dois fenômenos ao mesmo tempo, enquanto em Vetter (1981), Smolka (1983), Ribeiro (2002), Caldeira (2000) e Villaca (1998) segregação ganha o sentido de separação e homogeneidade social.

Para maior precisão conceitual e capacidade de análise, considero que a segregação diz respeito à separação e ao isolamento espacial dos grupos sociais em áreas em parte homogêneas internamente, em termos dos atributos sociais de cada grupo. Ao longo deste livro, a segregação será, portanto, tomada como um fenômeno distinto da pobreza e da existência de desigualdades sociais no espaço da cidade, embora associada a elas de diversas formas.

Se a segregação aparece como dimensão central na literatura sobre pobreza urbana, a contigüidade espacial é destacada por outro conjunto de autores por meio da categoria "efeitos de vizinhança" (Durlauf, 2001;

lado, impactam diretamente as desigualdades de resultados, via condições de vida. Como este livro não pretende discutir as desigualdades sociais em geral, não destacarei constantemente essas distinção e voltarei a ela apenas no Capítulo 7.

Morenoff, 2003; Sampson; Morenoff, 1997; Sampson; Raudenbush, 1997; Case; Katz, 1991), os quais se referiam à existência de regularidades empíricas entre unidades de vizinhança para uma dada variável ou processo, como, por exemplo, uma possível contiguidade física nas ocorrências de gravidez na adolescência. A similaridade do argumento geral dessa literatura com a abordagem ecológica é grande e, por vezes, defendida explicitamente (Osterling, 2007), embora os processos de causalidade postulados não sejam necessariamente os mesmos, como destacam Sampson e Morenoff (1997), aos efeitos da chamada eficácia coletiva sobre os processos de desorganização social. Apesar de essa literatura ter produzido contribuições importantes sobre a associação entre variáveis e processos no estudo da pobreza (Case; Katz, 1991; Sampson; Morenoff, 1997), ela apresenta limitações sérias de ordem conceitual que restringem a abrangência dos seus achados e avanços (Small; Newman, 2001).

Essas limitações advêm da existência de regularidades empíricas de uma determinada variável entre unidades contíguas no espaço que pouco ou nada nos informam sobre os processos sociais que explicam essas regularidades. Autores como Yinger (2001), por exemplo, localizam como causa da pobreza a discriminação residencial que pode levar a certas preferências locais por parte de grupos em desvantagem (Ross, 2001). O raciocínio pode parecer razoável à primeira vista, mas uma análise mais detida evidencia que a discriminação pode realmente levar à segregação e ao isolamento, os quais seriam os possíveis mecanismos causais por trás da pobreza. Na verdade, ao elevar uma associação empírica ao patamar de conceito, essa literatura contribui para certo fetichismo que oculta as causas e confunde os processos sob análise. Trata-se do que Mahoney (2001) denomina análise de correlação. Embora não haja nada intrinsecamente errado com análises desse tipo, com elas continuamos desconhecendo as causas das regularidades observadas. O foco da análise deve se orientar para a determinação dos processos singulares e dos mecanismos causais associados aos fenômenos que cercam a pobreza (Durlauf, 2001).

Buscando exatamente especificar mecanismos associados à reprodução da pobreza, outro conjunto de autores destacou a importância de certos processos de socialização (Small; Newman, 2001). O primeiro deles envolve os chamados efeitos de exemplo (*role model effects*) que descreveriam a relevância, para os comportamentos individuais, da existência de exemplos, negativos ou positivos, entre as pessoas próximas a um indivíduo. Outra forma de compreender a influência grupal considera os efeitos de grupos de pares (*peer group effect*). Eles dizem respeito à influência, sobre as atitudes individuais, de comportamentos coletivos em pequenos grupos com configuração fechada, identidades fortes e comportamentos coletivos marcados tanto material quanto simbolicamente.

Embora em ambos os casos a ideia tenha sido aplicada a princípio para jovens, a sua relevância é potencialmente mais ampla e abrange todos os grupos sociais. Em geral, os estudos de grupos de pares apresentam dificuldade em separar os efeitos de influência dos grupos dos efeitos de seleção, visto que indivíduos mais propensos a certos tipos de comportamento tendem a se agrupar e conectar – como discutirei mais adiante quando tratarmos da questão da homofilia (McPherson et al., 2001). Alguns autores têm desenvolvido métodos de delimitação de *peer groups* por meio de redes sociais, inclusive de grande tamanho (Moody, 2001), mas a questão da causalidade permanece como um problema que só pode ser resolvido a partir da formulação teórica precisa dos processos envolvidos.

De qualquer modo, embora a consideração dos efeitos de grupos de pares e de vizinhança introduza elementos coletivos na análise, estes são entendidos apenas como influências ambientais sobre comportamentos individuais, não rompendo com a ontologia individualista e atomista da pobreza. A superação dessa visão pressupõe certo deslocamento de ênfase que privilegie as dimensões sociais da pobreza, destacando a socialidade e as relações sociais, em vez de atributos e comportamentos individuais.

Integração e capital social

Talvez o mais importante e abrangente esforço de incorporação de dinâmicas sociais nos estudos do tema seja o empreendido pelo uso da categoria capital social. As contribuições fundadoras da perspectiva se desenvolvem conjuntamente a Coleman (1988), Bourdieu (1986) e Putnam (1996). Coleman (1988) desenvolveu o conceito no bojo de uma tentativa de integrar elementos da estrutura social ao quadro conceitual da ação racional para explicar o contexto escolar e, em particular, a propensão a desistir da escola. Nesse sentido, capital social envolveria dimensões supraindividuais associadas a expectativas, normas sociais e obtenção de informação que influenciariam os comportamentos individuais.

Bourdieu utilizou o conceito baseado em seu modelo explicativo da economia dos bens simbólicos, o que acabou por desembocar em uma teoria das relações entre posições sociais e disposições culturais (Bourdieu, 1986; 2007a; Pereira, 2005). Os indivíduos acumulariam capitais de diversos tipos intercambiáveis entre si – econômicos, sociais, culturais e simbólicos. Para ele, portanto, o capital social seria

o agregado de recursos reais ou potenciais que se ligam à posse de uma rede durável e mais ou menos institucionalizada de relações de reconhecimento, em outras

palavras, a filiação a um grupo que provê a seus membros capital de propriedade coletiva, uma credencial que lhes dá crédito nos vários sentidos da palavra (Bourdieu, 1986, p.7)

Conformaria, portanto, uma categoria sociológica intermediária, mas de uso amplo, podendo ser aplicada para descrever e explicar tanto comportamentos específicos quanto características societais.

Putnam, por sua vez, explicou as diferenças de desenvolvimento entre regiões da Itália a partir de divergências de valores e comportamentos cívicos, medidos em uma pesquisa de longo curso. Para o autor, essas diferenças seriam explicadas historicamente e conformariam, portanto, uma categoria geral a ser utilizada em sentido macrosociológico. Posteriormente, Putnam (1995) utilizou o conceito para sugerir que a perda de dinamismo da democracia norte-americana na segunda metade do século XX se devia ao declínio da presença de um tipo de vida associativa que geraria comportamentos cívicos e capital social.

A partir dessas perspectivas fundadoras, diversos autores defenderam o uso do conceito para definir um amplo conjunto de elementos de nível individual, coletivo e societal, o que inclui desde confiança e associativismo na escala da sociedade até confiança interpessoal e padrões de conexão entre indivíduos, passando por comportamentos cívicos e confiança na escala do bairro e da vizinhança, entre outros. Esses elementos seriam oriundos da estrutura e do conteúdo de certas relações sociais que "constituem atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação" (Durstun, 2003, p.147). Os efeitos benéficos dessas características seriam os mais variados e impactariam desde a qualidade da democracia até o desenvolvimento econômico, passando pela melhor ou pior implementação de políticas públicas. Essa tradição converge para a importância de três elementos: normas/valores, confiança recíproca/comportamento cívico e redes sociais. Em termos econômicos, essas características das sociedades contribuiriam para reduzir os custos de transação no sentido destacado pela literatura da nova economia institucional (North, 1990).

Embora a literatura sobre capital social seja tão ampla quanto heterogênea (Durstun, 2003; Briggs, 2005), é interessante discutir aqui as contribuições que nos ajudam a compreender melhor o objeto deste livro, usando o conceito para descrever elementos coletivos que impactam as condições de vida em regiões das cidades e em bairros pobres especialmente (Cechi et al., 2008; Rao; Woolcock, 2001; Fontes; Elischer, 2004; Pavez, 2006; Briggs, 2003; Sampson; Raudenbush, 1997). Isso seria causado não apenas pela socialidade nas comunidades, por sua vida associativa, mas também pelas políticas do Estado, em especial as com incidência territorial concentrada, como as orientadas para o combate da chamada "área poverty" (Power, 1996). Vale acrescentar que em certos

autores a relação entre capital social e bairro ganha contornos claramente ambientais ou mesmo ecológicos (Osterling, 2007), mas para outros o capital social não apenas seria influenciado pelas políticas públicas, como poderia ser produzido ativamente por elas (Policy Research Initiative, 2005a; 2005b; Peri, 6, 1997).

A literatura sobre o tema parte da existência de uma intensa associação entre bairro (ou vizinhança) e padrões de conexão entre indivíduos, mesmo que por vezes implicitamente. Para muitos, as redes (e os recursos mobilizáveis por meio delas) seriam uma das facetas do capital social. As redes incidiriam sobre três conjuntos de elementos: as estratégias individuais, a construção de coesão no interior dos contextos sociais (*bonding social capital*) e a inserção desses contextos nas comunidades sociais mais amplas (*bridging social capital*) (Lin, 1999; 1999b; Briggs, 2003). Para muitos, a existência desses tipos de capital social poderia ajudar a superar as situações de pobreza (Briggs, 2001; 2005; Policy Research Initiative, 2006). Entretanto, de que forma as redes produziriam capital social?

A primeira referência obrigatória no tema é o trabalho de Nan Lin (1999a; 1999b) sobre o lugar das redes na obtenção de status (*status attainment*), entendido como "um processo pelo qual os indivíduos mobilizam e investem recursos visando retorno em posições sociais" (Lin, 1999b, p.467). Esses recursos são pessoais e sociais, sendo estes últimos especificados como elementos acessíveis por meio dos vínculos diretos e indiretos de suas redes de relações. O autor sustenta que: a) recursos sociais exercem efeito nos resultados de ações instrumentais de busca de status; b) recursos sociais são afetados pelas posições dos indivíduos na estruturas de recursos; c) recursos sociais tendem a ser mais impactados por vínculos fracos do que por vínculos fortes (Lin, 1999b, p.470). A realização de status ao longo do ciclo de vida,⁵ portanto, envolve tanto o acesso a capital social entendido como o conjunto de recursos acessados por um certo indivíduo pela sua origem e suas redes (educação, status inicial e da família e recursos relacionais iniciais) quanto a sua mobilização, que é influenciada pela utilização das redes (estrutura e força dos vínculos e o status dos contatos).

Burt, no entanto, tematizou redes econômicas estudando competência (Burt, 1992) e geração de inovação (Burt, 2004). Certas estruturas de rede criariam vantagens para determinadas posições ocupadas por alguns agentes econômicos, cujas redes egocentradas seriam marcadas por baixa redundância, criando o que o autor denominou buracos estruturais. Perto

⁵ Nos estudos de estratificação, a ideia de ciclo de vida busca capturar as fases na obtenção de status - origem (estrutura familiar, redes, capital econômico e cultural de origem), internalização (saúde e socialização de valores), formalização (obtenção de credenciais educacionais e habilidades), autonomização do status (mercado de trabalho e escolha marital) e realização de status (posição na estrutura sócio-ocupacional e riqueza). O balanço do processo é a mobilidade intergeracional (Valle Silva, 2007; Ribeiro, 2007).

desses buracos, as lucratividades seriam mais altas (Burt, 1992), e novas ideias tenderiam a ser criadas, produzindo inovação (Burt, 2004). Em ambos os casos, a presença de buracos estruturais aumenta o controle de um dado ego sobre sua rede, o que pode também ter efeitos sobre outras situações sociais. Mais adiante, testarei os efeitos dessas estruturas nas redes de indivíduos em situação de pobreza.

Briggs, diferentemente, também trabalha operacionalizando o capital social como rede, mas explora especificamente a relação entre pobreza, redes sociais e segregação na cidade. No seu entender, a relação entre capital social, desigualdades e pobreza pode ser entendida com três ênfases (Briggs, 2001; 2005). A primeira está no apoio individual e na obtenção de status de Lin (1999a), baseada na melhoria de atributos individuais por meio do que pode ser obtido por contatos na rede. Geralmente, estudos desse tipo enfocam redes pessoais ou de pequenos grupos, em sua maioria rematizando a busca de empregos e ocupações (obtenção de status), assim como a busca de cuidados, confiança e companheirismo (apoio social) (Briggs, 2005). O segundo enfoque analisa as capacidades das comunidades e a sua eficácia coletiva em exercer controle social, como em Sampson e Raudenbush (1997), discutindo organização e confiança no nível da comunidade ou de pequenas áreas. O terceiro enfoque é o único a se concentrar no nível macro, investigando os desempenhos cívico e econômico em nível nacional ou regional, no sentido de Putnam (1996). Como já citado, nesse caso, os temas são a confiança generalizada e a participação em associações, mas nessa literatura específica envolvem o estudo de redes sociais.

Trabalhando na primeira dessas linhas de análise, Briggs (2003) investiga os laços entre indivíduos socialmente diferentes, que produzem pontes. O autor destaca a existência de um tecido denso de vínculos entre indivíduos de iguais atributos como fonte importante de coesão social, mas diferencia esses vínculos (*bonding ties*) daqueles que produzem pontes entre grupos de pessoas com características distintas (*bridging ties*). Retomando um argumento anterior apresentado por Briggs (2001), sustenta-se a importância dos primeiros para os indivíduos darem conta de suas atividades e situações cotidianas (*get by*), mas indicam-se os segundos como chave para a melhoria das situações de vida dos indivíduos, proporcionando mobilidade social (*get ahead*). Por meio de informações sobre redes sociais em diversos locais nos Estados Unidos, o autor explora os principais condicionalmente de vínculos de "ponte racial". A pesquisa indica que a existência de vínculos inter-raciais varia entre grupos sociais e depende das práticas associativas e de sociabilidade. A segregação residencial tende a aumentar a homogeneidade dos padrões de vínculo dos indivíduos, em parte porque as preferências se organizam espacialmente, para além de representarem uma barreira ao contato e às oportunidades (Briggs, 2005).

Uma das questões centrais, portanto, parece situar-se na presença de vínculos dos pobres com indivíduos socialmente diferentes, o que parece ser dificultado pela segregação. A questão nos remete à clássica discussão sobre a tendência de indivíduos com características similares se relacionarem entre si ou, nas palavras de Robert Burns, "*birds of a same feather flock together*" [pássaros de mesma plumagem se agrupam] (Burns apud McPherson et al., 2001, p.417). A literatura tem trabalhado a questão por meio do conceito de homofilia – a evidência de que os indivíduos tendem a construir e manter contatos mais frequentemente com indivíduos de características sociais (atributos) similares (McPherson et al., 2001).

Se a homofilia é produzida e mantida por dimensões intrínsecas da sociabilidade – práticas, gosto e linguagem, entre outros –, ela tende a ser reforçada pelo espaço e pela segregação. Como a segregação agrupa indivíduos socialmente similares, a homofilia é provocada a princípio por um efeito numérico, que diz respeito à maior disponibilidade de indivíduos similares para a construção de contatos, no que a literatura denomina *baseline homophily*. Entretanto, a esse efeito se acrescentam ao menos outros dois, ligados às preferências dos indivíduos (Ortiz; Hoyos; López, 2004) e ao comportamento das organizações e instituições que, de diversas formas, levam à construção e à reconstrução de relações homofílicas, escolhendo e mantendo mais facilmente relações entre iguais.⁶ Portanto, a questão não está relacionada apenas à constituição diversificada de vínculos, mas à tendência diferenciada de manutenção de laços. Como a maior parte da literatura sobre o tema é norte-americana, e como naquele país a principal viagem social passa pela raça (Massey; Denton, 1993), esta última é objeto da maior parte dos estudos (Briggs, 2005). Entretanto, a questão também se coloca fortemente com relação ao sexo, à origem migratória, aos credos religiosos, às etnias, à renda e à localização geográfica (McPherson et al., 2001). A homofilia seria reproduzida por efeitos geográficos, organizacionais, processos cognitivos e a quebra seletiva de vínculos (McPherson et al., 2001). Como veremos nos capítulos seguintes, a homofilia é uma dimensão central presente nas redes analisadas, que produz importantes consequências para os padrões relacionais dos indivíduos e para as suas condições de vida, embora os padrões sejam bastante complexos e não permitam afirmar relações mecânicas entre redes, atributos e espaço. Também veremos que as dificuldades de manutenção de vínculos explicam uma parte significativa das diferenças entre as redes de indivíduos de classe média e em situação de pobreza.

Sumarizando, a literatura sugere que o isolamento social se somaria ao isolamento espacial e aos efeitos nocivos da concentração para produzir

⁶ A existência de tal padrão organizacional é apresentada por Tilly (2000; 2005) como um dos mecanismos que explica a persistência das desigualdades sociais.

pobreza, ao tomar muito mais difícil o acesso às oportunidades (Briggs, 2001) e o acúmulo de capital social (Cechi et al., 2008; Rao; Woolcock, 2001) e o acúmulo de capital social (Cechi et al., 2008; Sampson; Raudenbush, 1997; 2001; Fontes; Eischner, 2004; Briggs, 2003), uma geração de políticas de combate à pobreza parte da ideia de que ações públicas maciças de políticas poderiam ajudar a produzi-lo. Isso seria feito tanto por políticas concentradas espacialmente quanto pela mobilidade espacial de residências e famílias no sentido de agir ativamente contra a segregação. Em casos cujas grandes desigualdades de acesso a políticas persistem e a qualidade dos serviços disponíveis em regiões distintas das cidades é muito diferente, como ocorre nas grandes cidades latino-americanas, esse tipo de iniciativa pode gerar efeitos sociais muito positivos (Torres, 2005b). Entretanto, muitas vezes essas políticas pressupõem que mudanças no espaço gerarão ativamente capital social, pela alteração nos padrões relacionais entre indivíduos nos bairros e nas comunidades (Cechi et al., 2008; Rao; Woolcock, 2001; Policy Research Initiative, 2005a; 2005b; Peri 6, 1997).

Uma crescente literatura internacional tem indicado o insucesso dessa faceta das políticas, ou ao menos o aparecimento de resultados muito distintos dos pretendidos (Greenbaum et al., 2008; Curley, 2008; 2009). Várias questões parecem estar envolvidas. A primeira delas é a constatação de que contiguidade no espaço não corresponde a sentimento de comunidade (Blokland, 2005) ou a padrões de conexão entre indivíduos e grupos sociais (Blokland; Savage, 2005). Além disso, essas políticas descolhem ou minimizam os fortes efeitos que os mecanismos de homofilia possuem na conservação da separação dos padrões relacionais de grupos de indivíduos distintos. Na ausência de um conhecimento muito maior sobre a inter-relação entre atributos, redes e espaço, para não fazer menção ao completo desconhecimento do efeito das políticas em relação às redes, a produção de políticas só pode gerar iniciativas ingênuas social e politicamente. Essa ingenuidade se torna patente quando a literatura relata que mesmo quando famílias são movidas de bairros de alta concentração para áreas mistas por políticas de mistura social, suas redes sociais não tendem a aumentar em tamanho ou variabilidade, mas, ao contrário, se reduzem (Greenbaum et al., 2008). Em outros casos, as redes se transformam de maneira não intencionada (Curley, 2008; 2009), embora mudanças para áreas mais segregadas tendam a surtir efeitos de empobrecimento relativo conforme previsto pela literatura (Soares, 2009).

Acredito que apenas a incorporação plena de uma ontologia relacional da pobreza possa ajudar a solucionar nossos desconhecimentos sobre o tema e gerar representações mais realistas e dinâmicas sobre o fenômeno. Situações de pobreza são estados dinâmicos e multidimensionais de privação, mensuráveis por meio de atributos diversos, que foram construídos ao longo de trajetórias de vida e são reconstruídos cotidianamente em

práticas de sociabilidade e estratégias de sobrevivência. Se isso envolve atributos e decisões individuais, também depende de processos e dinâmicas supraindividuais e relacionais que não podem ser capturados por representações ambientais ou por categorias amplas como capital social. Os contextos relacionais nos quais os indivíduos se inserem devem ser analisados com a melhor representação de que dispomos – as redes sociais. Mas tiramos pouco proveito de descrições normativas dessas redes como as contidas nas ideias de *bridging* e *bonding*, pois, embora relações e redes produzam pontes e coesão, os mesmos vínculos podem possibilitar vários movimentos em situações diversas para indivíduos diferentes ou para as mesmas pessoas em momentos distintos. Todos esses elementos são específicos social e espacialmente, bem como plenos dos conflitos intrínsecos à ação e às relações humanas.

Observemos agora as redes sociais de maneira mais detida.

REDES SOCIAIS E PESSOAIS

A preocupação das ciências sociais com os efeitos dos padrões de conexões entre indivíduos existentes nas sociedades é bastante antiga e remonta pelo menos a clássicos como Simmel (1980 [1972]). A análise sistemática desses padrões, entretanto, baseando-se em estudos empíricos detalhados, data das primeiras décadas do século XX, em especial dos trabalhos pioneiros de Jacob Moreno a respeito do que ele denominou “geografia psicológica” e, posteriormente, “sociometria” (Freeman, 2004, p.39). No campo mais específico das Ciências Sociais, o estudo sistemático de relações em contextos específicos foi introduzido pela Antropologia e pelos estudos de organizações a partir dos anos 1930, e apenas nos anos 1970 e 1980 alcançou a Sociologia e a Ciência Política (Scott, 1992; Freeman, 2004).

As redes sociais

A partir dos anos 1970, desenvolveu-se internacionalmente um programa de pesquisas focado no nível intermediário e concentrado na análise dos padrões de relações de indivíduos e entidades que cercam as situações sociais (Knoke, 1990; Johnson, 1994). Esses padrões estariam presentes em quase todas as dimensões, sendo muito difícil estudar fenômenos sociais sem considerá-los, como o caso das dinâmicas econômicas (Granovetter, 2000).

O fundamento teórico central da análise de redes sociais consiste nos fenômenos sociais cujas unidades básicas são as relações sociais, e não os atributos dos indivíduos. Nesse sentido, o mundo social seria constituído

ontologicamente por padrões de relação de vários tipos e intensidades em constante transformação. Mesmo a ontologia dos sujeitos sociais dependa da sua inserção em situações e relações (Emirbayer, 1997). A incorporação das redes sociais permitiria construir, então, um estruturalismo *a posteriori*, deduzido da análise empírica (Tilly, 1992b), ao contrário dos estruturalismos induzidos por diversas teorias anteriormente.

Na formulação das primeiras sínteses teóricas sobre o problema, atributos e relações eram pensados como ênfases analíticas quase excludentes (Emirbayer, 1997), de forma até certo ponto reducionista. Contemporaneamente, os dois elementos são pensados em associação, visto que entidades com atributos comuns têm maior probabilidade de estabelecer relações pela presença de mecanismos associados à homofilia (Kadushin, 2004; McPherson et al., 2001). Ao mesmo tempo, as relações ajudam a construir atributos de vários tipos, sendo muitas vezes difícil estabelecer uma direção causal única (McPherson et al., 2001).

As redes podem ser consideradas pelas análises apenas de maneira metafórica (como nos trabalhos que usam as redes em termos descritivos e discursivos), normativa (a exemplo de pesquisas de administração de empresas que objetivam melhorar as redes) ou metodológica para a investigação de situações sociais específicas por meio da análise das conexões sociais nelas presentes, como este estudo. No caso dos fenômenos com padrões relacionais de baixa complexidade, o uso de metáforas é, em geral, o mais proveitoso analiticamente. Entretanto, o avanço mais importante ocorre com a utilização das redes como método de investigação, iluminando situações sociais nas quais os padrões de relação apresentam complexidade tão elevada que não podem ser analisados satisfatoriamente por meio de narrativas que explorem as redes de modo metafórico.

No que diz respeito à pesquisa, a análise de redes tenta reproduzir por representações gráficas e matemáticas os contextos relacionais mais variados nos quais se inserem os atores sociais. Nas análises desse tipo, pessoas, grupos, organizações e entidades são representadas como nós (pontos), e as relações (linhas) como vínculos de tipos diversos. Os vínculos podem ser materiais e imateriais, apresentar conteúdos múltiplos e, usualmente, pensados como em constante transformação.

Em termos bem gerais, a incorporação das redes transforma a maneira pela qual representamos a estrutura social em nossos estudos. Para os estudos sobre estratificação social, desde os inspirados no marxismo até os contemporâneos baseados em classificações ocupacionais mais ou menos complexas, a compreensão da estrutura social passa pela análise e correlação de atributos dos indivíduos formando grupos (Santos, 2005) ou grupos no espaço (Preteceille, 2006; Preteceille; Cardoso, 2008; Marques et al., 2008; Scaloni; Marques, 2009). Na verdade, há certo descompasso

entre essa forma de compreender a estruturação da sociedade e o estudo da ação, focado em processos, ações e relações.⁷

Para autores como Bian et al. (2005), a saída para uma melhor compreensão da estrutura social estaria na integração entre os estudos dos atributos e das relações, trazendo de volta as relações sociais para os estudos de estratificação. Isso não significa de forma alguma o abandono dos atributos, pois, como vimos, os chamados efeitos de homofilia tomam mais elevada a probabilidade da existência de relações entre pessoas com atributos comuns. O objetivo, portanto, consistiria na integração dessas duas dimensões, superpondo à estratificação por atributos uma segunda estrutura construída e incorporada pelas redes sociais. Com isso, o estudo das redes permitiria a incorporação de elementos associados à sociabilidade dos indivíduos, o que ocorre no que Bourdieu (2007b) denomina microcosmo social – a família, a vizinhança, o local de trabalho etc. – no estudo do macrocosmo social representado pela própria estrutura social. Evidentemente, as duas estruturas se conectam e influenciam mutuamente de forma contínua, tornando a questão bastante complexa em termos metodológicos.

Em um nível mais concreto, o estudo das redes sociais remete diretamente aos padrões de sociabilidade presentes em um dado contexto. Essa dimensão já se fazia presente nos trabalhos clássicos de Simmel (1972 [1908]), para quem a sociabilidade moderna era baseada em uma grande quantidade de vínculos secundários bastante heterogêneos em conteúdo, fracos em intensidade e não mais necessariamente organizados de maneira territorial. O epíteto desses padrões de vínculo estaria na vida da metrópole moderna, que propiciaria aos indivíduos uma significativa liberdade de circulação e escolha social, ao contrário dos padrões característicos do mundo rural e das cidades pequenas (Simmel, 1973 [1902]). O processo de construção da modernidade teria, portanto, impacto direto nos padrões de relação dos indivíduos, constituindo o que Wirth (1972 [1938]) denominou “urbanismo como modo de vida”.

Wellman (2001) revisitou esses argumentos na tentativa de especificar a sociabilidade no início do século XXI, sustentando que as novas técnicas de comunicação e transportes teriam reduzido a presença do localismo, no

⁷ O problema aparece de forma mais expressiva nos campos teóricos que têm a pretensão de interpretar conjuntamente a estrutura e a ação. Para a maior parte do marxismo, por exemplo, a questão está resolvida quase por definição, visto que tanto as posições na estrutura quanto a ação política se especificam pelas posições relativas nas relações de classe. No caso dos estudos inspirados em Pierre Bourdieu, contudo, o problema é formulado teoricamente como uma associação entre posições e disposições que passa pelo conceito de *habitus*. Este último é compreendido pelas características modais da população, o que deixa em aberto por quais mecanismos se faz a sua introyecção nos indivíduos (Bourdieu, 2008). Para um estudo similar, mas recente e fora da França, cf. Pereira (2005). Para a crítica dessa incorporação, cf. Lahire (2003).

sentido definido anteriormente, e intensificado a importância das relações sociais na superação das barreiras físicas da vizinhança e das comunidades. Para ele, o declínio recente da comunidade baseada na localização levou os pesquisadores a considerar, erroneamente, a democracia ou mesmo geral, e daí derivar efeitos sobre a solidariedade, diferentemente, a sociedade como um todo. Para o autor, as comunidades, diferentemente, não teriam desaparecido em período recente, apenas se transformado.

Se considerarmos as interpretações clássicas de Simmel e trabalhos recentes, como os de Blokland (2003) e Blokland e Savage (2008), entretanto, somos levados a considerar que nas sociedades modernas nunca existiu uma identidade entre comunidade e vizinhança, embora a vizinhança possa ter declinado ainda mais em período recente em determinados contextos sociais. Estudos de contextos de pobreza, no entanto, têm demonstrado que a vizinhança pode permanecer como elemento fundamental na construção da sociabilidade (Verbrugge, 1983, apud McPherson et al., 2001, p.430). Como veremos mais adiante, os resultados de São Paulo vão exatamente nessa direção, sugerindo que grupos sociais diferentes estão submetidos a condições diversas nesse aspecto, embora para a população pobre a vizinhança permaneça muito importante.

No caso específico dos estudos sobre pobreza urbana, tanto relações quanto atributos são absolutamente fundamentais, inclusive os associados ao espaço. Retomando alguns pontos estabelecidos na última seção, podemos enunciar a questão da seguinte forma: os acessos dos indivíduos às estruturas de oportunidades que conduzem às condições sociais em geral, e às situações de pobreza em particular, são mediados pelos padrões de relação que esses indivíduos têm com outros indivíduos e com organizações de variados tipos. Isso inclui o acesso a três fontes do bem-estar social – mercados, Estado e família/comunidade – de uma forma similar ao efeito da segregação sobre a pobreza.

Entretanto, a separação dos efeitos das redes e da segregação é apenas analítica, e, no mundo social concreto, espaço e redes agem simultaneamente e de forma articulada. Assim, dado que os indivíduos se localizam no espaço (uma propriedade das redes denominada *propinquidade*), as conexões de rede também funcionam como elemento de ligação entre espaços mais ou menos segregados. Nesse sentido, redes com maiores proporções relativas de pessoas não habitando o mesmo local de moradia do ego tenderiam a integrar de forma mais intensa os indivíduos a contextos distintos (embora não necessariamente menos homogêneos socialmente).

A relação entre redes e espaço, portanto, envolve duas características distintas: segregação e localismo. Como vimos, a segregação está ligada à concentração espacial de certos grupos sociais em espaços relativamente homogêneos e separados de outros grupos. Sustento que uma importante

propriedade de padrões relacionais diz respeito à proporção dos nós de uma dada rede pessoal que habitam o mesmo local que o ego. Denomino essa propriedade “localismo” e, embora ela se relacione fortemente à segregação, diz respeito a uma dimensão distinta. Enquanto o localismo é uma propriedade de cada rede, a segregação é uma propriedade do espaço onde indivíduos habitam. Na verdade, o localismo é um tipo de homofilia relativo à coincidência do atributo lugar de moradia entre os indivíduos presentes em uma dada relação.

Em muitos casos empíricos, esses elementos aparecem associados, mas como dizem respeito a processos socioespaciais distintos, podem variar separadamente. Assim, com frequência encontramos locais segregados em nossas cidades com redes cujo grau de localismo é elevado (com poucas pessoas de fora) e que são marcadas por alto grau de homofilia social. Essa situação é a que esperaríamos encontrar mais corriqueiramente. Entretanto, como veremos nos próximos capítulos, nesses mesmos locais segregados também é possível encontrar redes com menor localismo e mais elevada inserção urbana. As combinações diferenciadas dessas características têm importantes efeitos sobre a condição social dos indivíduos.

As redes também podem ocupar papel de destaque na mediação do acesso a políticas e serviços do Estado, com importantes efeitos sobre o bem-estar. De uma maneira geral, a relação entre redes e políticas envolve basicamente duas formas de interação distintas. A primeira é substantiva e liga-se a políticas já discutidas na última seção. As redes têm sido citadas como um dos elementos que caracterizam a pobreza e que devem ser diretamente impactados pelas ações do Estado, como no caso das políticas de promoção de capital social (Levitas et al., 2007; Policy Research Initiative, 2005a; Perri 6, 1997). Como vimos, as experiências internacionais indicam que vários elementos fundamentais não foram levados em conta, em especial pela adoção de um olhar normativo e instrumental dos padrões de relação (Blokland; Savage, 2008), considerando o nosso patamar de conhecimento sobre o fenômeno.

Em segundo lugar, as redes podem mediar a entrega de políticas pelo Estado. Por muito tempo, a literatura de políticas públicas considerou que a lógica da universalização significaria a existência de certo automatismo despersonalizado na implementação e na entrega das políticas. Contudo, ao menos desde Lipsky (1980), sabemos que com muita frequência a entrega de políticas envolve um exercício contínuo de tradução, criando discricionariedade. A incorporação das redes no desenho das políticas pode ajudar a melhorar a implementação, tomando as iniciativas públicas mais capazes de alcançar os seus alvos (Trotter, 1999) – como é o caso da inclusão de associações não governamentais na política de combate à Aids no Brasil –, ou ajudando a customizá-las a aspectos locais, inclusive culturais, como na contratação de agentes comunitários nas políticas de

saúde (Lotta, 2006). Mas essa mediação também envolve relações clientelistas tradicionais, assim como a circulação cotidiana de informações de telas tradicionais nos bairros pobres e nas periferias, com a presença de redes políticas nos bairros pobres e pertencentes às comunidades. Em todos esses casos, relações e redes mediam a implementação e a entrega das políticas. Mediadores não estatais e pertencentes a implementações verdadeiras quando as políticas, relações e redes mediam a implementação e o aumento das coberturas. Gostaria de propor que isso é especialmente verdadeiro quando as políticas não são universais, em momentos de intenso aumento das coberturas quando as informações a respeito das políticas não estão disponíveis amplamente. Mesmo diante da universalização de políticas, portanto, relações sociais e redes podem facilitar ou dificultar o acesso a iniciativas do Estado. A incorporação das redes às políticas nesse sentido já ocorre e tende a melhorá-las.

Na literatura brasileira de ciências humanas, são raros os estudos que utilizam metodologicamente análise de redes, embora o uso metafórico seja relativamente comum. Os usos bem-sucedidos das redes como metáfora na literatura nacional podem ser exemplificados por Martes e Fleischer (2003). Estudos que utilizam as redes de maneira metafórica não são discutidos detalhadamente neste capítulo.

Entre os trabalhos com uso analítico produzidos no país, merecem destaque as análises sobre políticas urbanas e intermediação de interesses (Marques, 2000; 2003), redes de músicos e as transformações dos estilos musicais (Kirschbaum, 2006), redes de associações civis (Gurza Lavalle et al., 2007), redes pessoais em uma favela (Fontes; Eichner, 2004), redes empresariais (Toledo, 2005), a rede da elite política paranaense (Nazarano, 2004), redes pessoais no interior de uma unidade produtiva (Silva, 2003), o impacto de uma política pública na rede de uma comunidade (Pavez, 2006) e de políticas de remoção habitacional sobre as redes dos moradores (Soares, 2009), assim como a alteração de redes pessoais em um bairro em transformação (Rodrigues, 2009).

Entretanto, se o estudo das redes no Brasil é ainda preliminar, o destaque à importância das redes para as condições sociais tem sido grande. As pesquisas sobre mercado de trabalho, em particular, indicam que o acesso a ele é intensamente mediado pelas redes sociais nas quais os indivíduos se inserem, confirmando os trabalhos de sociologia econômica desde os estudos pioneiros de Granovetter nos anos 1970 (Guimarães, 2009). Todavia, dados analisados por Figueiredo, Torres e Bichir (2005) sobre a cidade de São Paulo sugerem que o acesso a ações do Estado se dá de forma direta e com baixíssima intermediação política, mesmo entre os mais pobres. Esses achados contrastam as percepções da política que sustentam a centralidade do clientelismo na distribuição dos benefícios do Estado no país, embora estudos, como os de Lotta (2006) e Kuschmir (2000), demonstrem a existência de mediações de várias naturezas. Como veremos no Capítulo 6, o estudo das redes permite qualificar a própria ideia de mediação, levando a

um entendimento mais complexo do clientelismo e do papel das redes na implementação das políticas, o que confirma tanto a ausência de mediação política quanto a presença de mediações sociais diversas.

Em termos de método, há basicamente duas formas de investigar padrões de vínculo: por meio das chamadas redes totais, estudando parcelas ou redes inteiras de contextos sociais específicos, ou pelas redes pessoais, que incluem os contatos da sociabilidade de cada indivíduo.

A primeira linha de análise abrange uma vasta gama de estudos, incluindo discussões sobre as dinâmicas internas de agências estatais e suas políticas (Laumann; Knoke, 1987; Marques, 2000; 2003) até as interações de organizações em estruturas de *lobby* (Heinz et al., 1997) ou em comitês gestores de bacia (Schneider et al., 2003). Além disso, podem ser estudadas comunidades específicas, delimitadas temática ou fisicamente, como as relações de amizade no interior da elite financeira (Kadushin, 1995) ou as redes de músicos na construção de estilos musicais (Kirschbaum, 2006). Por fim, e analisando as dinâmicas políticas e sociais em um sentido mais amplo, os estudos podem focar campos de ações política e social tão distintos como a consolidação de um partido político em nível nacional (Hedstrom et al., 2000), as relações sexuais entre adolescentes (Bearman et al., 2004) ou as mobilizações políticas de estudantes e jovens (Mische, 2007).

Outra forma de abordar a questão, entretanto, consiste em investigar as redes individuais. Em um sentido estrito, essas redes são um caso particular de rede de contexto social específico, quando se considera contexto a sociabilidade de um indivíduo. Embora as redes sociais sempre representem recortes artificiais de contextos relacionais mais amplos, no caso das redes individuais o grau de artificialidade do exercício analítico (necessário) de as "recortar" dos contextos é maior. Entretanto, também nesse caso, a ontologia considerada é inteiramente relacional, e os recortes são apenas artifícios analíticos para viabilizar a investigação.

Quando se considera apenas as relações diretas do indivíduo e as eventuais relações entre esses contatos primários, ou seja, apenas as relações diretas e não mediadas a no máximo um passo de distância do ego, trabalhamos com as chamadas redes egocentradas. A maior parte dos estudos de redes individuais existentes trabalha com esse tipo de rede, em especial pelo fato de elas poderem ser reproduzidas a partir de dados de pesquisas por amostragem. O General Social Survey norte-americano, por exemplo, inclui dados que permitem discutir as redes egocentradas dos indivíduos (Bearman; Parigi, 2004; Beggs, 1996; Moore, 1990). Embora essa estratégia analítica seja importante, em especial por permitir estudos representativos para grandes populações, ela limita a sociabilidade dos indivíduos a contatos primários.

A segunda estratégia de análise das redes individuais considera as redes pessoais, as quais são construídas sem que se limite previamente a

extensão da rede, sendo levantadas as relações do ego e os vínculos entre quem se relaciona de maneira indireta com ele independentemente da distância, tendo sempre a sociabilidade do ego em mente. A consideração das redes pessoais consegue evitar os problemas causados pela limitação apriorística dos vínculos contida na estratégia das redes egocentradas, embora apresente limitações para a produção de pesquisas com número elevado de casos e representativas de populações. Este livro lança mão dessa estratégia de análise, pesquisando redes pessoais entendidas como os contextos de relações que os indivíduos reconhecem como seus, mas os contextos de relações diretamente a eles.

Mas de que forma essas redes pessoais se constroem e o que as constituem? Degenne (2009) nos auxilia a compreender esse ponto ao realizar uma especificação do conteúdo das relações. Seu trabalho parte da distinção entre interação – “intercâmbio elementar, de curta duração e que representa uma unidade de ação” – e relação – “um conjunto de interações entre as mesmas pessoas por um curso de tempo”. Para ele, há três tipos de interações segundo as regras da sua regulação (se pré-definidas ou negociadas); os papéis definidos ou não previamente (como médico/paciente, pai/filho); se ocorrem ou não no interior de organizações; e se dependem dos contextos da relação ou são autônomas (como a amizade e o amor). Nesse último caso, os indivíduos se conhecem tão bem que se reduzem às incertezas envolvidas na interação. Essa interação seria a mais personalizada e transitará para a constituição de uma relação. Para o autor, o tempo e a frequência das interações as conduziriam na direção das relações.

O quadro desenvolvido por Grossetti (2009) a partir de pesquisa de perfil com jovens franceses complementa o anterior. Para ele, apenas uma pequena parte dos vínculos é oriunda de relações sociais propriamente ditas, sendo o restante originário de coletivos ou ambientes organizacionais (família, trabalho etc.), assim como de relações anteriores e de interesses/atividades comuns, a partir das quais algumas constroem autonomia. Um coletivo seria formado quando pessoas se tornam conscientes das estruturas de comunicação que ocorrem em seu interior e começam a traçar fronteiras de pertencimento. No interior dos coletivos operam os processos básicos de encaixe e desacoplamento, assim como a operação de recursos de mediação (materiais, cognitivos ou imateriais). O primeiro significa o aumento das dependências de pertencimento aos coletivos, e o segundo diz respeito à autonomização com relação àqueles, levando à constituição de relações no sentido de Degenne (2009).

Este livro investiga o efeito de diversos tipos de vínculo na conformação de condições de bem-estar, e considero no estudo das redes pessoais tanto interações quanto relações no sentido de Degenne (2009). Como veremos, em especial nos últimos capítulos, entretanto, as diferenças entre essas

assim como efeitos similares ao que Grossetti (2009) denomina desacoplamento, parecem ser fundamentais, pois especificam os níveis de confiança presentes nas relações e influenciam os tipos de ajudas que podem fluir dinamicamente pelas redes dos indivíduos em situação de pobreza. Essa dimensão se soma às críticas anteriores ao estudo da pobreza classificando redes e tipos de vínculo em *bringing/bonding* ou fracos e fortes, visto que, dependendo das formas de regulação das relações e das mediações presentes, os mesmos vínculos podem veicular elementos muito distintos.

Agora que já estabelecemos os principais elementos conceituais envolvidos com o estudo das redes sociais, discutiremos com algum detalhe na próxima seção as contribuições sobre redes pessoais e egocentradas presentes na literatura que nos ajudam a compreender ou colocar em perspectiva os resultados apresentados nos próximos capítulos.

As redes pessoais

A literatura sobre redes pessoais não é tão vasta ou consolidada quanto a que analisa redes de contextos sociais específicos e envolve, em especial, estudos de caso, inclusive pelas especificidades de método envolvidas. Procuo focar, principalmente, este rápido apanhado da literatura que contribui para o entendimento de dois temas: as características e os condicionantes sociais das redes pessoais e a promoção de integração e apoio social por meio das redes. Dado o paralelismo substantivo e de método com o qual trabalharei nos próximos capítulos, explícito sempre que possível as estratégias de pesquisa utilizadas.

Primeiramente, como são as redes pessoais e que processos as influenciam? O único estudo brasileiro publicado até o momento sobre redes pessoais discute o tema. Fontes e Eichner (2004) analisaram as redes egocentradas em uma comunidade de baixa renda do Recife, avaliando a sua contribuição para a construção de capital social. Os autores encontraram elevada homofilia nas redes egocentradas, tanto de sexo quanto de idade e escolaridade, em especial entre os indivíduos com idade e escolaridade mais altas. A pesquisa indicou que a maior parte dos vínculos é entre pessoas da própria comunidade, sendo mais presentes os vizinhos e os parentes. Por fim, os autores avaliam os efeitos da força dos vínculos sobre a mobilização de recursos e apoio social, considerados formas de capital social. Como veremos, uma parte desses resultados é confirmada pelas redes de São Paulo.

As diferenças entre redes de contextos urbanos e não urbanos nos Estados Unidos foram exploradas por Beggs (1986), que construiu redes egocentradas baseadas em informações do General Social Survey de 1985. Os resultados sugerem que as redes sociais fora de cidades tendem a ser menores e mais densas, e agregam vínculos mais antigos e baseados mais

sociabilidade mais amplas do que a vizinhança para os mais integrados, como ocorre em São Paulo, em especial para a classe média.

O mesmo tema foi focado por Ignácio Jariego em vários trabalhos, a maior parte deles discutindo especificamente padrões de integração e apoio social de imigrantes, mas com consequências analíticas mais amplas. Em Jariego (2002), foram estudadas as redes pessoais de apoio de imigrantes de origem marroquina, filipina e senegalesa em Marbella (Espanha). Classificando as redes segundo variáveis socioeconômicas e relacionais, o autor delimitou cinco tipos de redes pessoais: pequenas de compatriotas com amizade e família; étnicas especializadas com predomínio de amigos, com amizade e família; étnicas especializadas com predomínio de amigos e mistas de reagrupamento familiar integradas com a comunidade receptora. Em seguida o autor analisou a relação entre as redes e a presença de problemas psicológicos, mostrando que esses eram mais frequentes em contextos relacionais de menor integração e apoio.

A relação entre integração e redes voltou a ser explorada em Jariego (2003) sobre redes de imigrantes que participavam de um curso de treinamento profissional na Espanha. O autor construiu uma tipologia das redes de apoio social de imigrantes chegados há menos de dez anos ao país baseada no tamanho e na composição das redes e em atributos dos indivíduos, em especial homofilia e presença de espanhóis. A investigação foi complementada com um olhar mais detido sobre as redes de mulheres penanas e marroquinas. O autor encontrou seis tipos de redes, desde as denominadas "mínimas", com menos de três indivíduos (e predominantemente homofílicas e pouco integradas), até as chamadas "redes amplas de reagrupamento familiar integradas com a comunidade local" (já presentes no estudo anterior), com cerca de doze a quinze indivíduos e tipicamente formadas por jovens solteiros do sexo masculino. Como veremos, em geral, as redes de São Paulo têm tamanho significativamente maior do que as reportadas nesse estudo. Essas diferenças se devem ao fato de as redes de sociabilidade apresentarem usualmente tamanho médio muito maior do que as redes de apoio pessoal. Apesar disso, foram encontradas em São Paulo redes de sociabilidade de tamanho comparável às redes de apoio mínimas relatadas pelo autor. Aparentemente, em situações de elevado isolamento social, as redes de sociabilidade se reduzem apenas às redes mínimas de apoio.

Os resultados de Jariego são interessantes para pensarmos a relação entre integração e redes, pois a migração representa um processo de adaptação a um novo ambiente cultural, social e relacional. As redes dos imigrantes de variadas origens diferem segundo a sua composição (familiares, conterrâneos e espanhóis), a sua estrutura (densidade e formato), a multiplicidade de determinados membros da rede e o seu tamanho. Após a migração, os indivíduos parecem experimentar grande dificuldade em

manter os vínculos com suas redes de origem, com fortes efeitos sobre seus padrões relacionais, que se tornam menores e mais centrados na família. Ao longo da integração posterior, novos vínculos são lançados, e o tempo pode relaxar as características originais das redes, levando ao seu aumento, assim como a uma maior presença relativa de não compatriotas. Entretanto, isso ocorre de forma heterogênea e entre diversos grupos de origens diferentes temos redes de apoio diferentes. O papel das redes no apoio instrumental e psicológico também varia significativamente.

Os resultados encontrados em São Paulo apresentam grande semelhança com estes, embora a adaptação envolvida na migração inter-regional brasileira seja menor do que a dos imigrantes africanos na Espanha. Os mecanismos envolvidos, entretanto, são basicamente os mesmos, como mostra o estudo Dujisin e Jariego (2005) sobre redes pessoais de estudantes que se deslocam regularmente de Alcalá para estudar em Sevilla. Em termos gerais, o artigo avaliou os efeitos da vida metropolitana sobre as redes de indivíduos no momento de conquista da independência pessoal. A ênfase, portanto, esteve na análise das transformações das redes de não locais com maior ou menor integração social, a exemplo dos estudos sobre imigrantes. Nesse caso, contudo, tanto as redes de origem quanto as de destino se mantinham ativas conjuntamente, embora separadas pelo território.

A ideia de que redes diversas integram os indivíduos de maneira diferente é explorada também por Blockland (2003) de uma forma bastante interessante para organizar nosso quadro conceitual. A autora realizou pesquisa qualitativa detalhada em um bairro de Rotterdam, na Holanda. Embora não tenha desenvolvido análise de redes em termos metodológicos, chegou a resultados muito interessantes.⁹ Seguindo as pistas deixadas por Ulf Hannerz (1983) em um clássico trabalho de Antropologia urbana, Blockland delimita quatro tipos de redes pessoais: especializadas, integradas, encapsuladas e isoladas. Apesar de esses tipos serem construídos nas trajetórias individuais, são influenciados por gênero e por fase no ciclo da vida, além de outros atributos.

As redes especializadas ou segregadas são baseadas em vários *clusters* (ou agrupamentos/camadas de sociabilidade) com diferentes indivíduos e usualmente são ligadas a temas diversos (por exemplo, um para jogar, outro para sair à noite etc.). Seriam típicas de indivíduos que a autora classifica como *modern city dwellers* ou cosmopolitas. Esses indivíduos realizam constantes traduções entre linguagens, ligadas às redes especializadas construídas ao longo de trajetórias pessoais que lhes fornecem multiplicidade

⁹ Os resultados que se seguem representam apenas um passo intermediário e metodológico no trabalho da autora, interessada em problematizar, na verdade, as relações entre comunidade e vizinhança.

de atributos. Eles circulam entre essas esferas, mas não pertencem a elas, o que lhes permite flunar entre elas. As redes integradas, apesar de não serem fechadas, apresentam agrupamentos que promovem encontros regulares. Tendem a ser as redes da maioria dos indivíduos, situando-se entre as especializadas e os encapsulados. Em geral, a distância temática entre as esferas existentes não é muito grande (caso contrário, elas se tornariam especializadas). As redes encapsuladas são similares a *peer groups* – redes densas e fechadas com poucos membros e contatos frequentes. As esferas de sociabilidade ligadas a essas redes são marcadas por caráter fortemente ritualístico e, por vezes, iniciático. E, por fim, as redes isoladas são muito pequenas e pouco densas, típicas de indivíduos isolados e solitários, sendo bastante comuns entre idosos.

Embora não empreenda nos próximos capítulos um esforço de classificação similar ao da autora, os diálogos entre os seus tipos de rede e os tipos de redes e de sociabilidade que encontrei em São Paulo são evidentes. Mesmo em contextos de pobreza, podemos encontrar indivíduos com redes muito pequenas, com padrões relacionais altamente especializados ou com sociabilidade bastante variada. Como os acessos dos indivíduos às estruturas de oportunidades são mediados pelas redes, os tipos de redes influenciam substancialmente as condições de vida.

Esse mesmo tipo de resultado é obtido pelo estudo etnográfico de Dominguez (2004) sobre os contextos relacionais de mulheres imigrantes de baixa renda em Boston. Os resultados sugerem a grande importância da existência de redes socialmente heterogêneas que incluam pontes para indivíduos situados em outros locais na estrutura social, não apenas para veicular oportunidades, mas também para acessar repertórios e irromper a formação. A mera existência de laços, entretanto, parece não garantir a efetividade das pontes, que dependem de outros elementos, como atributos do ego e dos indivíduos-ponte. No entanto, a autora mostra que estruturas familiares patriarcais contribuem decisivamente para bloquear os contatos e a mobilidade. Apesar de não ter sido possível explorar a fundo essa dimensão, algumas entrevistas realizadas em São Paulo também evidenciaram os problemas relacionais que afetam mulheres que vivem em estruturas familiares patriarcais.

A importância da heterogeneidade e das pontes sociais também é explorada por Ferrand (2002), embora neste caso sejam definidas geograficamente em comunidades urbanas francesas. O autor defende a importância de se estudarem o que chama de dualidade dos sistemas locais de relações – a presença de relações internas e externas (locais e não locais). A sua preocupação empírica liga-se ao estudo dos sistemas de saúde, em especial às redes de consulta e apoio relacionadas ao tema da França. Tanto o modelo conceitual quanto o material empírico vinculam-se a comunidades locais, embora a conexão entre elas seja entendida

como função da conexão pessoal dos seus componentes. Para o autor, portanto, a composição típica das microestruturas nos ensina sobre as mesoestruturas que conectam as comunidades a contextos sociais mais amplos. O autor defende que as redes pessoais podem ser classificadas segundo os padrões de vinculação interna e externa, gerando quatro possibilidades pelo cruzamento entre conexão alta/baixa e local/externo. Ferrand analisa as redes em duas comunidades, encontrando seis tipos de redes dependendo da presença de laços locais e não locais. As duas comunidades apresentam composições médias muito diferentes, sendo uma caracterizada por intensa conexão interna e externa, e a segunda com escassa conexão interna e externa. Esses resultados apresentam paralelo com o que vemos nos próximos capítulos.

POBREZA, SEGREGAÇÃO E REDES

Mas de que forma todos esses elementos se associam e influenciam as condições de vida e a pobreza urbana? Parto da hipótese de que espaço e redes são estruturas que incorporam (ou incluem) possíveis mecanismos causais para as situações da pobreza. Esses mecanismos atuam mediando o acesso dos indivíduos a diversas estruturas de oportunidades e outros elementos que influem no seu bem-estar.

Por mecanismo não me refiro a algo concreto presente nas redes ou no espaço ontologicamente, mas ao seu lugar em nossas explicações, no sentido dado por Tilly (2001; 2005), Mahoney (2001) e Elster (1998). Assim, mecanismos são regularidades observadas em dinâmicas sociais que, diante de certas situações, levam a determinados resultados ou causam processos específicos. A construção de uma explicação baseada em mecanismos tem por objetivo escapar das simples correlações entre processos, na concepção de Mahoney (2001), mas construindo uma estratégia explicativa alternativa às leis gerais, ao destaque das propensões e às dinâmicas sistêmicas (Tilly, 2001).¹⁰

Tilly sustenta a existência de três tipos de mecanismos: ambientais, cognitivos e relacionais. No primeiro caso, temos elementos que se vinculam aos contextos nos quais ocorre a vida social. Entre eles incluem as instituições, destacadas pelo neoinstitucionalismo, e o espaço, destacados pelos estudos urbanos e regionais. Os mecanismos cognitivos se relacionam com as percepções e os estados mentais dos indivíduos e grupos sociais, englobando as várias explicações derivadas da teoria da escolha racional e suas aparentes violações, como o devaneio e a compensação.

¹⁰ Este ponto é desenvolvido mais detalhadamente em Marques (2007), de onde retirei a discussão apresentada aqui.

A maior parte dos elementos classificados por Elster (1998) como mecanismos pode ser incluída nessa categoria. E, por fim, temos os chamados mecanismos relacionais, que mobilizam explicativamente de alguma forma as relações entre indivíduos, grupos e organizações, assim como os padrões gerais formados por tais conjuntos de relações, conformando redes sociais.¹¹

Partindo de tal quadro conceitual sobre explicações, defendo que as redes e a segregação encerram mecanismos (relacionais e ambientais, respectivamente) que medeiam acessos e influenciam decisivamente as condições de vida. Como vimos, inúmeros trabalhos demonstraram a importância da segregação social no espaço para a produção e reprodução de situações de pobreza. Mas as redes sociais, ao inserirem diferencialmente os indivíduos em contextos sociais diversos, também incluem mecanismos de integração dos indivíduos.

Considerando a variabilidade das trajetórias dos indivíduos, é de se prever que esses processos incidam de forma muito diversificada sobre eles, gerando complexidade nos casos e elevada heterogeneidade entre as pessoas. Por essa razão, a estratégia analítica adotada tenta explorar exatamente essa heterogeneidade e extrair suas consequências sobre as condições de vida.

Tanto para as redes quanto para a segregação, os acessos a oportunidades dependem do funcionamento dos mecanismos presentes nessas estruturas (relacionais e ambientais, no sentido de Tilly, 2001) de médio alcance. Esses mecanismos envolvem regularidades associadas a combinações entre atributos e processos, que funcionam como "gatilhos" causais, levando a situações de pobreza e reproduzindo-as. A melhor compreensão da reação conjunta dos efeitos dessas estruturas sociais de médio alcance é o objetivo deste livro.

¹¹ Vale acrescentar que a classificação de Tilly, em minha opinião, confunde a ambição das explicações (presente nas três primeiras) com a localização do elemento causal (presente nos mecanismos). Isso porque é possível sustentar que um dado mecanismo é de tal forma importante que representa o fundamento de uma lei geral. Nesse sentido, as explicações por mecanismos, apesar de localizadas em níveis de médio alcance, podem almejar generalizações elevadas.

OS ESPAÇOS E AS POBREZAS DE SÃO PAULO

Este capítulo apresenta a metrópole paulistana e os locais estudados, assim como os principais procedimentos e ferramentas adotados na pesquisa. De forma a situar melhor o leitor, a primeira seção caracteriza a metrópole de São Paulo de maneira sucinta, com especial destaque para a sua estrutura urbana, suas periferias e a segregação, assim como analisa as dinâmicas recentes da pobreza e das desigualdades de acesso a serviços e políticas. A segunda seção discute a escolha e a localização dos campos estudados, seguidas pela sistematização dos elementos conceituais e operacionais envolvidos na pesquisa. Na terceira seção, descrevo os locais de moradia dos indivíduos cujas redes são analisadas nos capítulos seguintes. A última seção compara os diversos locais estudados com base em indicadores.

A METRÓPOLE PAULISTANA E SUAS POBREZAS

Como é amplamente conhecido, a cidade de São Paulo é marcada por um intenso processo de segregação, que data pelo menos do início do século XX (Toledo, 2004; Langenbuch, 1971; Caldera, 2000). Apesar disso, a atual configuração metropolitana foi construída no período de rápido crescimento demográfico e intensa migração do rural para o urbano que marcaram as décadas de 1950 a 1970 (Martine, 1995). Como já discutido por extensa literatura, a grande maioria da população migrante se alojou em áreas periféricas, em regiões desassistidas de equipamentos e serviços públicos, habitando edificações autoconstruídas em terrenos invadidos ou adquiridos de empreendedores privados

ANEXO

processos mais facilmente. Nesse caso, trata-se de evitar que o processo forma mais tênue, gerando acúmulo de vínculos mais próximo do observado em grupos sociais não pobres. Para isso, a redução dos custos de comunicação e de deslocamento parece ser uma chave para o desenvolvimento e manutenção de redes mais ricas e diversificadas entre os mais pobres. Entretanto, os resultados apresentados indicam que as redes provêm de processos lentos e longos de acúmulo e quebra de vínculos. Portanto, programas públicos que pretendam dinamizar as redes devem ser duradouros, baseados em estruturas de implementação institucionalizadas e provavelmente somente produzirão efeitos em prazos relativamente longos.

Indicadores médios por tipo de rede

Indicadores	Tipos de redes				
	Grandes	De grandes a médias	Médias	De médias a pequenas	Pequenas
Nº de nós	131	85	58	42	22
Nº de vínculos	328	182	126	73	32
Diâmetro	7,7	7,6	6,5	6,4	4,7
Densidade	0,038	0,060	0,095	0,094	0,174
Coefficiente de clusterização	0,31	0,41	0,48	0,47	0,50
Índice de centralização	18,5	22,2	34,4	36,3	56,1
Nº de 2-clans/Nº de nós	0,9	0,6	0,4	0,4	0,3
Nº de 3-clans/Nº de nós	0,5	0,4	0,3	0,3	0,2
Tam. eficiente da rede ego	21,7	18,4	19,6	15,0	11,3
Densidade da rede ego	4,1	5,1	8,8	8,0	10,8
Grau médio normalizado	2,8	3,7	6,3	8,3	15,0
Informação	1,68	1,23	1,54	1,23	1,24
Índice E-I dos contextos	0,218	0,283	0,308	0,324	0,332
Índice E-I das esferas	0,244	0,290	0,296	0,271	0,270
Índice E-I de local	-0,342	-0,238	-0,188	-0,145	-0,094
Nº total de contextos	4,7	4,6	4,7	4,5	3,8
Nº total de esferas	4,5	4,1	4,4	3,6	3,1
Nº total de esferas % de pessoas externas ao local	35,2	33,4	36,5	40,9	34,5

Fonte: Cálculo próprio a partir de material empírico coletado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R., D'ANDREA, T. Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo. In: MARQUES, E., TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social*. São Paulo: Senac, 2005.
- ALMEIDA, R., D'ANDREA, T. Pobreza e redes sociais em uma favela paulista. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 2004. 68, p.94-106.
- ALSAYYAD, N., ROY, A. Medieval Modernity: on Citizenship and Urbanism in the Global Era. *Space and Polity*. 2006. 10 (1), p.1-20.
- ARRETCHE, M. *Estado federativo e políticas sociais*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- ARRETCHE, M. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a forma de programas sociais. *Revista Dados* 2002. 45:3.
- ARRETCHE, M. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a forma dos programas sociais. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro 2001. 45(3), p.431-57.
- AUYERO, J. "This is a Lot Like the Bronx, isn't it?" Lived Experiences of Marginality in an Argentine Slum. *International Journal of Urban and Regional Research*, 1999. 23(1), p.45-69.
- AUYERO, J., SWISTUN, D. *Flammable: Environmental Suffering in an Argentine Shantytown*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- BAENNINGER, R. Crescimento da população: desconstruindo mitos do século XX. In: KOWARICK, I., MARQUES, E. (Orgs.). *São Paulo: olhares cruzados - sociedade, economia e política*. Quito: Flacso, no prelo.
- BALTAR, P. Mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo dos anos 1990: modificações na estrutura ocupacional. XIII ENCONTRO NACIONAL DA ABER, 2002.
- BALTRUSIS, N. *Mercado imobiliário informal e o processo de estruturação da cidade: um estudo sobre a comercialização de imóveis em favelas na região*

- BARROS, R., HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza na Brasil. In: HENRIQUES, R. *Desigualdade e pobreza na Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.
- BARRY, B. *Why Social Justice Matters*. Londres: Polity, 2005.
- BEARMAN, P., PARIGI, P. Cloning Headless Frogs and Other Important Matters: Conversation Topics And Network Structure. *Social Forces*, 2004, 83(2), p.535.
- BEARMAN, R., MOODY, J., STOVEL, K. Chains of Affection: The Structure Of Adolescent Romantic And Sexual Networks. *American Journal of Sociology*, 2004, 110(1):44-91.
- BEGGS, J. Revising The Rural-Urban Contrast: Personal Networks in Nonmetropolitan and Metropolitan Settings. *Rural Sociology*, 1996, 61, p.306-25.
- BEROU, E., CAVENAGUI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 2006, 74, p.11-15.
- BIAN, Y. et al. Occupation, Class and Social Networks in Urban China. *Social Forces*, 2005, 83(4), p.1443-68.
- BICCHIR, R. *Segregação e acesso a políticas públicas no município de São Paulo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP.
- BICCHIR, R. Determinantes do acesso à infraestrutura urbana no município de São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2009, 24 (70), p.75-89.
- BICCHIR, R., TORRES, H., FERREIRA, M. Jovens no município de São Paulo: explorando os efeitos das relações de vizinhança. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2005, 6(2), p.53-70.
- BIDART, C. En busca del contenido de las redes sociales: los "motivos" de las relaciones. *Redes – Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 2009, 6(7), p.178-202.
- BIDART, C., LAVENU, D. Evolution of Personal Networks and Life Events. *Social Networks*, 2005, 27(4), p.359-76.
- BIRD, K., PRATT, N. *Fracture points in social policies for chronic poverty reduction*. Londres: Overseas Development Institute/Chronic Poverty Research Centre, Working Paper 242, 2004.
- BLOKLAND, T., SAVAGE, M. *Social Capital and Networked Urbanism*. Londres: Basil Blackwell, 2008.
- BLOKLAND, T. *Urban Bonds*. Londres: Basil Blackwell, 2003.
- BÓGUS, I., TASCHNER, S. São Paulo como *patchwork*: unindo fragmentos de uma cidade segregada. *Cadernos Metrópole*, 1999, 1, p.43-98.
- BOLIVINIK, J. *Poverty Measurement Methods: An Overview*. *Poverty Elimination Programme*, UNDP, 1998.
- BONDUKI, N., ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo – Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In:

- 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- BORGATTI, S., EVERETT, M. Network Measures of Social Capital. *Connections*, 1998, 21(2), p.27-36.
- BORGATTI, S., EVERETT, M., FREEMAN, L. *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (org.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007a.
- BOURDIEU, P. *La miseria del mundo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007b.
- BRASILEIRO, A. *Região metropolitana do Rio de Janeiro: serviços de interesse comum*. Brasília: IPEA/IBAM, 1976.
- BRIGGS, X. Ties that Bind, Bridge and Constrain: Social Capital and Segregation in the American Metropolis. In: *Segregation and the City*, Lincoln Institute for Land Policy, 2001.
- BRIGGS, X. *Bridging Networks, Social Capital and Racial Segregation in America*. Cambridge: KSG Faculty Research Working Paper Series, 2003.
- BRIGGS, X. Social Capital and Segregation in the United States. In: VARADY, D. *Desegregating the City*. Albany: SUNY Press, 2005.
- BUENO, I. *Urbanização de favelas*. 2000. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.
- BURT, R. The Network Structure of Social Capital. In: SUTTON, R., STAW, B. *Research in Organizational Behaviour* v. 22, Nova York: Jai Press, 2004.
- BURT, R. *Structural Holes: the Social Structure of Competition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- CABANES, R., GEORGE, I. (orgs.). *São Paulo, debut de siècle: La ville d'en bas*. Paris: L'Harmattan, 2009.
- CAULDEIRA, T. *Cidade de muros*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CAMARGO, C. (org.). *São Paulo, 1975 – Crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.
- CAMPBELL, K., LEE, B. Sources of Personal Neighbor Networks: Social Integration, Need, or Time? *Social Forces*, 1992, 70(4), p.1077-1100.
- CARVALHO, I., PEREIRA, G. (orgs.). *Como anda Salvador*. Salvador: Edufba, 2006.
- CARVALHO, I., SOUZA, Â., PEREIRA, G. Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. *Cadernos CRI*, 2004, 17(41), p.281-97.
- CASE, A., KATZ, L. *The Company You Keep: The Effects of Family and Neighborhood on Disadvantaged Youths*. Princeton: Nber Working Paper W3705, 1991.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- Poverty and Inequality? A Discussion of Development Strategies in Rural India 2008. Disponível em: <http://www.socialcapitalgateway.org>.
- CEM. *Ata da vulnerabilidade social da população da cidade de São Paulo*. São Paulo: CEM/Cebrap, SAS/PMSP, SESEC, 2004.
- CHAMBOREDON, J.-C., LEMAIRE, M. Proximité spatiale et distance sociale: Les grands ensembles et leur peuplement. *Revue Française de Sociologie*, 1970, XI, p.3-33.
- CHINELLI, F. Os loteamentos da periferia. In: VALLADARES, L. *Habituação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. *The American Journal of Sociology*, 1988, 94, p.95-120.
- CURLEY, A. Draining of Gaining? The Social Networks of Public Housing Movers in Boston. *Journal of Social and Personal Relationships*, 2009, 26(2-3), p.227-47.
- CURLEY, A. *Decentralizing Poverty: Program Effects on Neighborhood Diversity and Social Cohesion*. Conference paper for Housing Studies Association, York, UK: University of York, 2008.
- D'ANDREA, T. *Redes sociais em Cidade Tardantes. Relatório parcial de Iniciação Científica*. São Paulo: CEM/Cebrap-Fapesp, 2004.
- DAVIS, M. *A cidade de quartzos: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scita, 1992.
- DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DE LA RÚA, A. Processo de identificação política mediante redes transnacionais de amistad. In: PORRAS, J., ESPINOZA, V. *Redes: enfoque y aplicaciones del análisis de redes sociales (ARS)*. Santiago do Chile: Universidad Boliviana, 2005.
- DEGENNE, A. Tipos de interacciones, formas de confianza y relaciones. *Redes* - *Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 2009, 16(3), p.63-91.
- DI MÉO, G. *L'homme, la société, l'espace*. Paris: Anthropos, 1991.
- DIANI, M., MCADAM, D. *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- DOMINGUES, S. Estratégias de mobilidade social: el desarrollo de redes para el progreso personal. *Redes*, out-nov 2004, 7(1). Disponível em: http://revista-redes.rediris.es/pdf-vol7/vol7_1.pdf.
- DRAIBE, S. O *welfare state* no Brasil: características e perspectivas. *Ciências Sociais Hoje*, 1989. Rio de Janeiro: ANPOCS/Rio Fundo, 1989a.
- DRAIBE, S. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. *Para a década de 1990: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Ipea: Políticas sociais e Organização do Trabalho Brasília: Ipea/Plan, 1989b, n. 4.
- DUJISIN, R. Multitudes y redes en la caída de Milosevic. *Redes - Revista hispana para el Análisis de Redes Sociales* 2008, 15, p.94-105.
- DUJISIN, R., JAREGO, I. Las puentes interlocales: las redes personales de los universitarios alcaireños en Sevilla. In: PORRAS, J., ESPINOZA, V. *Redes: Around Buenos Aires in a Decentralized Planning Context. International Journal of Urban and Regional Research*, 30(2), p.308-27.
- DURHAM, E. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, L. *As luas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DURLAUF, S. The Membership Theory Of Poverty: The Role Of Group Affiliations in Determining Socioeconomic Outcomes. In: DANZIGER, S., HAVERMAN, R. *Understanding Poverty*. Nova York: Russell Sage, 2001.
- DURSTON, J. Capital social: parte del problema, parte de la solución, su papel en la persistencia y en la superación de la pobreza en América Latina y Caribe. In: ATRIA, R. et al. *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. Santiago do Chile: Cepal, 2003.
- EISTER, J. A Plea for Mechanisms. In: HEADSTROM, P., SWEDBERG, R. *Social Mechanisms: an Analytical Approach to Social Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- EISTER, J. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. *Lua Nova*, 1987, 17, p.163-89.
- EMIRBAYER, M. Manifesto for a Relational Sociology. *American Journal of Sociology*, 1997, 103(2), p.231-317.
- ESPING-ANDERSEN, G. *Fundamentos sociales de las economías postindustriales*. Barcelona: Ariel, 2000.
- ESPING-ANDERSEN, G. Towards the Good Society, Once Again? In: *Why Do We Need A New Welfare State?* Oxford: Oxford University Press, 2002.
- FAINSTAIN, S., GORDON, I., HARLOE, M. *Divided Cities: New York and London in the Contemporary World*. Londres: Basil Blackwell, 1992.
- FARLA, V. A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas. *Novos Estudos Cebrap*, 1992, 33, p.103-14.
- FARLA, V. Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador. In: SOUZA, G., FARLA, V. (orgs.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1980.
- FAWAX, M. An Unusual Clique of City-Makers: Social Networks in the Production of a Neighborhood in Beirut (1950-75). *International Journal of Urban and Regional Research*, 32(3), p.565-85.
- FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. 2008. Tese (Doutorado). Unicamp.
- FELTRAN, G. "Travailleurs" et "bandits" dans la même famille: manières de dire et signification politique. In: CABANES, R., GEORGES, I. (orgs.). *São Paulo, début de siècle: La ville d'en bas*. Paris: l'Harmattan, 2009.
- FELTRAN, G. Notes sur les "débats" du "monde du crime". In: CABANES, R., GEORGES, I. (orgs.). *São Paulo, début de siècle: La ville d'en bas*. Paris: l'Harmattan, 2009b.

- http://revista-redes.rediris.es.
- FIGUEIREDO, A., TORRES, H., BICCHIR, R. A conjuntura social brasileira revisada. *Novos Estudos Cebtrap*, 2006. 75, p. 173-84.
- FIGUEIREDO, A. et al. Relatório final Projeto BRA/04/052 – Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas: REDE-IPEA II. mimeo., 2005.
- FILGUEIRAS, F. *Uma mirada crítica al assets-vulnerability approach*. Santiago do Chile: Cepal, mimeo., 2004.
- FIORI, J., KORNIS, G. Além da queda: economia e política numa década revisada. In: GUIMARAES, R., TAVARES, R. *Saúde e sociedade no Brasil dos anos 80*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FONTES, B., EICHNER, K. A formação de capital social em uma comunidade de baixa renda. *Redes: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 7 (2), out-nov., 2004. Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es>
- FREEMAN, L. *The Development of Social Network Analysis: a Study in Sociology of Science*. North Charleston: Booksurge, 2002.
- FREEMAN, L. *The Development of Social Network Analysis*. Vancouver: Empirical Press, 2004.
- GANZBOOM, H.; DE GRAAF, P., TREIMAN, D. A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status. *Social Science Research*, 21, p. 1-56, 1992.
- GOMES, S., AMITRANO, C. Local de moradia na metrópole e vulnerabilidade de ao emprego e desemprego. In: TORRES, H., MARQUES, F. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, 2005.
- GONZALEZ DE LA ROCHA, M. From the Resources of Poverty to the Poverty of Resources? The Erosion of a Survival Model. *Latin American Perspectives*, 28, 2001: 72-100.
- GRAFMEYER, Y. La ségrégation spatiale. In: PAUGAM, S. *L'exclusion: L'état des savoirs*. Paris: Éditions la découverte, 1996.
- GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, v. 78 (6), p. 1360-80, 1973.
- GRANOVETTER, M. *A Theoretical Agenda for Economic Sociology*. Stanford, mimeo., 2000.
- GREENBAUM, S. et al. Deconcentration and Social Capital: Contradictions of a Poverty Alleviation Policy. *Journal of Poverty*, v. 12 (2), 2008, p. 201-28.
- GROSSETTI, M. Where do Social Relations Come From? A Study of Personal Networks in the Toulouse area of France. *Social Networks*, 2005. 27(4), p. 289-300.
- GROSSETTI, M. Que es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas. *Redes: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 2009. 16(2), p. 44-62.
- GUGLER, J., GILBERT, A. *Cities, Poverty, and Development: Urbanization in the Third World*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

- GUIMARAES, N. *A procura de trabalho: instituições do mercado e redes*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- GUIMARAES, R., TAVARES, R. *Saúde e sociedade no Brasil dos anos 80*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GURZA LAVALLI, A., CASTELLO, G. Benesses desse mundo: associativismo religioso e inclusão socioeconômica. *Novos Estudos Cebtrap*. 2004. 68, p. 73-93.
- GURZA LAVALLI, A., CASTELLO, G., BICCHIR, R. Redes y capacidad de acción en la sociedad civil. El caso de São Paulo, Brasil. *Redes: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 2007, 12, p. 1-38.
- CUTLER, A. Redes e intercambio de capitales en condiciones de pobreza: dimensión relacional y dimensión vincular. *Redes: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 2008. 14(4), p. 1-17.
- HANNEMAN, R., RIDDLE, M. *Introduction to Social Network Methods*. Riverside: University of California, 2005.
- HANNERZ, U. *Explore la ville*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.
- HARRIS, R.; WAHBA, M. The Urban Geography of Low-income Housing: Cairo (1947-96) Exemplifies a Model. *International Journal of Urban and Regional Research*, 2002. 12(1), p. 58-79.
- HEDSTORM, P., SANDELL, R., STERN, C. Meso-level Networks and the Diffusion of Social Movements. *American Journal of Sociology*. 2000. 106(1):145-72.
- HEINZ, J. et al. *The Hollow Core: Private Interests in National Policy Making*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- HOFFMAN, R. A mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Brasília: Ipea, 2000.
- HOFFMANN, M., MENDONÇA, S. O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. *Estudos Avançados*, 2003. 17(47):21-42.
- HUCHZERMAYER, M. The Tenement City: The Emergence of Multi-Storey Districts Through Large-Scale Private Landlordism in Nairobi. *International Journal of Urban and Regional Research*. 31(4), p. 714-32.
- ICELAND, J. *Poverty in America: A Handbook*. Berkeley: University of California Press, 2006.
- IMMERGUT, E. The Theoretical Core of the New Institutionalism. *Politics & Society*, 1998. 26(1), p. 5-34.
- JACOBI, P. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde – São Paulo 1978-84*. São Paulo: Cortez, 1989.
- JANUZZI, P., JANUZZI, N. *Crescimento urbano, saldos migratórios e atratividade residencial dos distritos da cidade de São Paulo: 1980-2000*. Rio de Janeiro, 2002, mimeo.

- JARGOWSKY, P., YANG, R. The Underclass Revisited: a Social Problem In Decline. *Journal of Urban Affairs*, 2006. 28(1), p.55-70.
- JARIEGO, I. A General Typology of the Personal Networks of Immigrants With Less Than 10 Years Living in Spain. In: XXIII Sunbelt Conference, 2003.
- JARIEGO, I. Tipos de redes personales de los inmigrantes y adaptación psicológica. *Redes: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 2002. 1(1). nes de los inmigrantes. Sevilla, 2006, mimeo.
- JHA, S., RAO, V., WOOLCOCK, M. Governance in the Gullies: Democratic Responsiveness and Leadership in Delhi's Slums. *World Development*, 2007. 35(2), p.230-46.
- JOHNSON, J. Anthropological Contributions to the Study of Social Networks: a Review. In: WASSERMAN, S., GALASKIEWICZ, J. *Advances in Social Network Analysis: Research in the Social and Behavioral Sciences*. Nova York: Sage Pub, 1994.
- JOHNSON, R., WICHERN, D. *Applied Multivariate Statistical Analysis*. New Jersey: Prentice Hall, 1992.
- KADUSHIN, C. Friendship Among the French Financial Elite. *American Sociological Review*, 1995. 60, p.202-21.
- KADUSHIN, C. Some Basic Network Concepts and Propositions. In: *Introduction to Social Network Theory*. Nova York: CUNY, Draft, 2004.
- KADUSHIN, C., JONES, D. Social Networks and Urban Neighborhoods in New York City. *City & Society*, 1992. 6(1), p.58-75.
- KAZTMAN, R. *La dimensión espacial en las políticas de la pobreza urbana*. Montevideo, 1999, mimeo.
- KAZTMAN, R., REJAMOSO, A. Spatial Segregation, Employment and Poverty in Montevideo. *Ceplac Review*, 2005. 85, p.125-42.
- KEYDER, C. Globalization and Social Exclusion in Istanbul. *International Journal of Urban and Regional Research*, 2005. 29(1), p.124-34.
- KIRSCHBAUM, C. *Campes organizacionais em transformação: o caso do Jazz americano e da Música Popular Brasileira*. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) – Fundação Getúlio Vargas.
- KNOKE, D. *Political Networks: the Structural Perspective*. Nova York: Cambridge University Press, 1990.
- KNOKE, D. et al. *Comparing Policy Networks: Labor Politics in the U.S., Germany, and Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- KOWARICK, I. *A espolação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, I. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- KUSCHNIR, K. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

- LAHIAN, D. *Do patrimônio ao patrimônio individual de disposições: rumo a uma sociologia em escala individual*. *Revista de Ciências Sociais*, 2003. 34(2), p.7-29.
- LAMMONT M., SMALL, M. How Culture Matters for the Understanding of Poverty: Enriching our Understanding. In: HARRIS, D., LIN, A. *The Colors of Poverty*. Nova York: Russell Sage Foundation, 2008.
- LANGENBUCH, J. *A estruturação da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
- LANNA, M. *A divida divina*. Troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Campinas: Unicamp, 1995.
- LANINA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. *Revista de Sociologia e Política*, 2000. 14, p.173-94.
- LAUMANIN, E., KNOKE, D. *The Organizational State: Social Choice in National Policy Domains*. Madison: The Wisconsin University Press, 1987.
- LAZO, A. *O mundo é amplo e alheio: dos Andes a São Paulo*. Publicações Braul-de Papers, 2003, n.28
- LE GALIÈS, P. Politiques urbaines en Europe. In: PAUGAM, S. *L'exclusion: l'état des savoirs*. Paris: Éditions la découverte, 1996.
- LEVITAS, R. et al. *The Multi-dimensional Analysis of Social Exclusion*. Bristol: Department of Sociology and School for Social Policy, 2007. Disponível em: http://www.cabinetoffice.gov.uk/social_exclusion_task_force.
- LIN, N. Building a Network Theory of Social Capital. *Connections*, 1999a. 22(1), p.28-51.
- LIN, N. Social networks and status attainment. *Annual Review of Sociology*, 1999b. 25, p.467-87.
- LIPSKY, M. *Street-level Bureaucracy, Dilemmas of the Individual in Public Services*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1980.
- LONG, N. *The Multiple Opitc of Interface Analysis*. In: Unesco Background Paper on Interface Analysis. Oct, 1999. Disponível em: <http://www.utexas.edu/cola/instrs/iliias/content/claspo/RDF/workingpapers/multipleoptic.pdf>.
- LONKILA, M., SALMI, A. El colectivo obrero ruso y La migración. *Redes: Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 2008. 15, p.32-47.
- LOTTA, G. *Saber e poder: agentes comunitários de saúde aproximando saberes locais e políticas públicas*. São Paulo, 2006, Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas.
- MAHONEY, J. Beyond Correlation Analysis: Recent Innovations in Theory and Method. *Sociological Forum*, 2001. 16(3), p.575-93.
- MAILLOCHON, F. La invitación al matrimonio. Una aproximación a las redes de sociabilidad de la pareja. *Redes: Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 2009. 16(5), p.128-58.
- MAIOUTAS, T. Segregation and Residential Mobility: Spatially Entrapped Social Mobility and its Impact on Segregation in Athens. *European Urban and Regional Studies*, 2004. 11(3), p.195-211.

- ... *Urban poverty and the Underclass*. Londres: Basil Blackwell, 1996.
- MARCUSE, P. The Enclave, the Citadel and the Ghetto: What Has Changed in the Post-Fordist U.S. city. *Urban Affairs*, 33, p.228-64, 1997a.
- MARCUSE, P. The Ghetto of Exclusion and the Fortified Enclave: New Patterns in the United States. *American Behavioral Scientist*, 1997b. 41(3), p.311-26.
- MARICATO, E. *A proletarianização do espaço sob a grande indústria. O caso de São Bernardo do Campo*. São Paulo, 1977. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP.
- MARICATO, E. *Política habitacional no regime militar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, 2003. 17(48), p.151-66.
- MARQUES, E. *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2000.
- MARQUES, E. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2003.
- MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação urbana e da ação do Estado. In: MARQUES, E., TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social*. São Paulo: Senac, 2005.
- MARQUES, E. Leis gerais, explicações e mecanismos – para onde vão nossas análises? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2007. 22(64), p.157-61.
- MARQUES, E., BITAR, S. Grupos sociais e espaço. *Novos Estudos Cetrapp*, 2002. 64, p.123-31.
- MARQUES, E., SARAIVA, C. As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades sociais na cidade. In: MARQUES, E., SARAIVA, C., TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, 2005.
- MARQUES, E., TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, 2005.
- MARQUES, E. et al. Personal Networks and Urban Poverty: Preliminary Findings. *Brazilian Political Science Review*, 2008. 2(1), p.10-34.
- MARQUES, E., GONÇALVES, R., SARAIVA, C. As condições sociais na metrópole de São Paulo na década de 1990. *Novos Estudos Cetrapp*, 2005. (73), p.89-108.
- MARQUES, E., SCALON, C., OLIVEIRA, M. Comparando estruturas sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 2008, 51(1), p.215-38.
- MARSDEN, P. Recent developments in network measurement. In: CARRINGTON, P., SCOTT, J., WASSEMAN, S. *Models and Methods in Social Network Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- MARTES, A., FLEISCHER, S. *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- ... das relações externas: Belo Horizonte, 1995.
- MARTINE, G., DINIZ, C. Economic and Demographic Concentration in Brazil: Recent Inversion of Historical Patterns. *Urbanization in Large Developing Countries: China, Indonesia, Brazil and India*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- MASSEY, D., DENTON, N. *American Apartheid – Segregation and the Making of the Underclass*. Harvard University Press, 1993.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca em sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1923].
- MCCARTY, C. Structure in Personal Networks. *Journal of Social Structure*, 2005. 3, p.1-19.
- MCPHERSON, M., SMITH-LOVIN, I., COOK, J. Birds of a Feather: Homophily in Social Networks. *Annual Review of Sociology*, 2001. 27, p.415-44.
- MINCIONE, E. Life Strategies and Social Economies in the Postfordist Age. *International Journal of Urban and Regional Research*, 1994. 18(1), p.24-45.
- MINCIONE, E. *Urban Poverty and the Underclass*. Nova York: Blackwell Publishers, 1996.
- MINGIONE, E. Urban Poverty in the Advanced Industrial World: Concepts, Analysis and Debates. In: *Urban Poverty and the Underclass*. Nova York: Blackwell Publishers, 1996.
- MIRAGLIA, P. Apresentação. Dossiê Segurança Pública. *Novos Estudos Cetrapp*, 2008. 80, p.5-8.
- MIRAGLIA, P. Homicídios em São Paulo – guias para a interpretação da violência urbana. In: KOWARICK, L., MARQUES, E. (orgs.). *São Paulo: Olhares cruzados – Sociedade, Economia e Política*. Quito: Flasco, no prelo.
- MISCHE, A., WHITE, H. Between Conversation and Situation: Public Swathing. *Dynamics Across Network-Domains*. *Social Research*, 1998. 65, p.696-724.
- MISCHE, A. *Partisan Politics: Communication and Contention Across Brazilian Youth Activist Networks*. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- MIZRUCHI, M., SCHWARTZ, M. *Interorganizational Relations: the Structural Analysis of Business*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- MOLINA, J. Localizando geograficamente las redes personales. *Redes: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 2005. 8(5). Disponível em: <http://revista-redes.redins.es>.
- MOLINA, J., GL, A. Reciprocidad hoy: la red de las unidades domésticas y servicios públicos de dos colectivos de Vic (Barcelona). In: FORRAS, J., ESPINOZA, V. *Redes: enfoque y aplicaciones del análisis de redes sociales (ARS)*. Santiago do Chile: Universidad Bolivariana, 2005.
- MOLINA, J., LERNER, J., MESTRES, S. Patrones de cambio de las redes personales de inmigrantes en Cataluña. *Redes: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales*, 2008. 15, p.48-61.

- MOORE, G. Structural Determinants of Men's and Women's Personal Networks. *American Sociological Review*, 1990, 55, p.726-35.
- MORENOFF, J. Neighborhood Mechanisms and the Spatial Dynamics of Birth Weight. *American Journal of Sociology*, 2003, 108(5), p.976-1017.
- MORRIS, L. Informal Aspects of Social Divisions. *International Journal of Urban and Regional Research*, 1994, 18(1), p.112-26.
- MOSER, C. The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies. *World Development*, 1998, 26(1), p.1-19.
- MOYA, E. *Repensando a questão social: trajetórias de algumas interpretações nos Estados Unidos, França e Brasil*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP.
- MUSTERD, S., MURIE, A. (orgs.). *The Spatial Dimensions of Urban Social Exclusion and Integration*. Amsterdã, 2002. Disponível em: www.frw.uva.nl/ame/urbex.
- NAKANO, K. *Quatro Cohabs da zona leste de São Paulo: território, poder e segregação*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP.
- NAZARENO, L. *Redes sociais e coalizão de poder em Curitiba (1985-2004)*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP.
- NERI, M. Políticas estruturais e combate à pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. *Desigualdade e pobreza na Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.
- NIJMAN, J. Mumbai's Mysterious Middle Class. *International Journal of Urban and Regional Research*, 2006, 30(4), p.758-75.
- NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- NUNES, E. Carências urbanas e reivindicações populares: notas. In: ANPOCS. *Ciências Sociais Hoje: 1986*. São Paulo: Anpocs/Cortes, 1986.
- NUNES, E. *A gramática política do Brasil*. Brasília: Enap/Zahar, 1997.
- OLAGNERO, M., MEO, A., CORCORAN, M. Social Support Networks in Impoverished European Neighborhoods. *European Societies*, 2005, 7(1), p.53-79.
- ORITZ, M., HOYOS, J., LOPEZ, M. The social networks of academic performance in a student context of poverty in Mexico. *Social Networks*, 2004, 26, p.175-88.
- OSTERLING, K. Social Capital and Neighborhood Poverty: Toward an Ecologically-Grounded Model of Neighborhood Effects. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 2007, 16(1/2), p.123-47.
- PADGETT, J., ANSELL, C. Robust Action and the Rise of the Medici (1400-1434). *American Journal of Sociology*, 1993, 98(6), p.1259-319.

- PAUGAM, S. *Les formes élémentaires de la pauvreté*. Paris: PUF, 2005.
- PAVEZ, T. *Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segredadas: o programa Santo André Mais Igual*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- PEREIRA, V. *Classes sociais e culturas de classe das famílias portuguesas*. Porto: Afrontamento, 2005.
- PERILLO, S., PERDIGÃO, M. Cenários migratórios recentes em São Paulo. In: *Anais do X encontro nacional da ABER*, 1998.
- PERRI 6. *Escaping Poverty: from Safety Nets to Networks of Opportunity*. Londres: Demos, 1997.
- PIERSON, P. *Politics in Time: History, Institutions and Social Analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- PINÇON-CHARLOT, M., PRETECHILE, E., RENDU, P. *Ségrégation urbaine: classes sociales et équipement collectifs région parisienne*. Paris: Anthropos, 1986.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. São Paulo: Campus, 1980.
- POLICY RESEARCH INITIATIVE. *Social Capital in Action*. Governo Federal do Canadá, 2005a. Disponível em: <http://policyresearch.gc.ca>.
- POLICY RESEARCH INITIATIVE. *Social Capital as a Public Policy Tool*. Governo Federal do Canadá, 2005b. Disponível em: <http://policyresearch.gc.ca>.
- PORTES, A. *Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta, 1999.
- POWER, A. Area-based Poverty and Resident Empowerment. *Urban Studies*, 1996, 33(9), p.1535-64.
- PRETECHILE, E. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Cadernos CRH*, 2003, 38, p.27-48.
- PRETECHILE, E. La ségrégation sociale a-t-elle augmenté? La métropole parisienne entre polarisation et mixité. *Sociétés Contemporaines*, 2006, 62, p.69-93.
- PRETECHILE, E., RIBEIRO, L. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1999, 14(40), p.143-62.
- PUTNAM, R. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, 1995, 6(1).
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RAGIN, C. *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley: University of California Press, 1987.

- na região metropolitana de São Paulo, 2000. In: XIV encontro nacional da ABERP, 2004.
- RAO, V., WOOLCOCK, M. *Social Capital and Risk Management Strategies in Poor Urban Communities: What Do We Know?*, 2001. Disponível em: <http://poverty2.forumone.com>.
- RIBAS, R., MACHADO, A. *Distinguishing Chronic Poverty from Transient Poverty in Brazil: Developing a Model for Pseudo-Panel Data*. Brasília: International Poverty Centre, 2007. Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org>.
- RIBEIRO, C. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Edusp/Anpocs, 2007.
- RIBEIRO, M. *História sem fim... Inventário da saúde pública*. São Paulo: Unesp, 1993.
- RIBEIRO, R. Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. *Cadernos IUPERJ*, 2002. 16, p.79-103.
- ROBERTS, B. Informal Economy and Family Strategies. *International Journal of Urban and Regional Research*, 1994. 18(1), p.6-23.
- ROBERTS, B. Globalization and Latin American Cities. *International Journal of Urban and Regional Research*, 2005. 29(1), p.110-23.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ROCHA, S. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na Paed 2004. *Nova Economia* 2006a. 16 (2), p.265-99.
- ROCHA, S. *Renda, mercado de trabalho e escolaridade: alguns aspectos sobre o papel de São Paulo no contexto do país*. Rio de Janeiro: IETS, 2006b, mimeo.
- ROCHA, R., URANI, A. Posicionamento social e a hipótese da distribuição de renda desconhecida. Brasil: quão pobres, quão ricos e quão desiguais nos percebemos? *Revista de Economia Política*, 2007. 27(4), p.595-615.
- RODRIGUES, M. *Mudanças na segregação espacial em Campinas e influência sobre as redes sociais de pobres urbanos*. São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.
- ROSS, S. Employment Access, Neighborhood Quality and Residential Location Choice. International Seminar on Segregation in the City. Lincoln Institute, Boston, 2001, mimeo.
- ROY, A. Urban Informality: Towards an Epistemology of Planning. *Journal of the American Planning Association*. 71(2), p.147-58.
- SABATINI, F. Medición de la segregación residencial: reflexiones metodológicas desde la ciudad latinoamericana. In: CÁCERES, G., SABATINI, F. *Barrios cerrados en Santiago de Chile: entre la exclusión y la integración residencial*. Lincoln Institute of Land Policy/PUC-Chile, 2004.
- SABATINI, F., CÁCERES, G., CERDA, J. *Residential Segregation Pattern Changes in Main Chilean Cities: Scale Shifts and Increasing Malignancy*. Lincoln Institute of Land Policy, 2001, mimeo.
- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SANTILINS, M. La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental como cultura. In: *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- SAKO, M., MURIE, A. (ed.). *The Spatial Dimensions of Urban Social Exclusion and Integration*. Amsterdã, 2002. Disponível em: www.frw.uva.nl/ame/urbex.
- SALCEDO, R., TORRES, A. Gated Communities in Santiago: Wall or Frontier? *International Journal of Urban and Regional Research*. 28(1), p.27-44.
- SALGADO, E. *O loteamento residencial fechado no quadro de transformação da metrópole de São Paulo*. São Paulo, 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP.
- SAMPSON, R., MORENOFF, J. Ecological Perspectives on the Neighborhood Context of Urban Poverty: Past and Present. In: DANZIGER, S., HAVEMAN, R. *Understanding Poverty*. Nova York: Russell Sage, 1997.
- SAMPSON, R., RAUDENBUSH, S. Neighborhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. *Science*, 1997. 277 (5328), p.918-24.
- SANTOS, C. Loteamentos na periferia metropolitana. *Revista de Administração Municipal*, 1985. 32(174), p.22-39.
- SANTOS, C. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SANTOS, C. *Processo de crescimento e ocupação da periferia*. Rio de Janeiro: IBAM/CPU, 1982.
- SANTOS, C., BRONSTEIN, O. Meturbanização: o caso do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Municipal*, 1978. 25(149), p.6-34.
- SANTOS, G. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, L., SILVEIRA, R. *Redes: sociedades e territórios*. Florianópolis: Edunsc, 2005.
- SANTOS, J. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2005. 20(58), p.27-45.
- SANTOS, W. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SANTOS, W. Gênese e apocalipse: elementos para uma teoria da crise institucional latino-americana. *Novos Estudos Cebriap*, 1988. 20.
- SARAIVA, C., MARQUES, E. A condição social dos habitantes de Favelas. In: MARQUES, E., TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, 2005.
- SCALON, C., MARQUES, E. A dinâmica dos grupos sociais em São Paulo na década de 1990. XXXII Encontro da ANPOCS, 2008.

- SCHNEIDER, M. et al. Building Consensual Institutions: Networks and the National Estuary Program. *American Journal of Political Science*, 2003. 47(1), p.143-58.
- SCOTT, J. *Social Network analysis*. Newbury Park: Sage Publications, 1992.
- SEADE. Arranjos familiares e ciclos de vida das famílias metropolitanas de São Paulo entre 1985 e 1993. *Estudo especial: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED*. São Paulo, Seade/Dieese. Boletim da PED, 1995. (118 supl.).
- SEADE. *São Paulo: Século XXI*. São Paulo: Aesp/Seade, 2000.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000a.
- SEN, A. *Social Exclusion: Concepts, Application and Scrutiny*. Development Paper 1. Manila: Asian Development Bank, 2000b.
- SILVA TELLES, V., CABANNES, R. (orgs.). *Nas tranças da cidade, trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- SILVA, L. *O que mostram os indicadores sociais sobre a pobreza na Década Perdida*. Relatório de pesquisa Ipea, 1992.
- SILVA, M. *Redes sociais introrganizacionais informais e gestão: um estudo nas áreas de manutenção e operação da Planta HYCO-8*. Camaçari 2003. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração, UFBA.
- SIMMEL, G. El cruce de los círculos sociales. In: *Sociología, 2. Estudios sobre las formas de socialización*. Alianza Universidad, 1972 [1908].
- SIMMEL, G. Metrópole e vida mental. In: VELLOHO, O. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973 [1902].
- SKOCPOL, T. Bringing the State Back in: Strategies of Analysis in Current Research. In: EVANS, P., RUESSCHMEYER, D., SKOCPOL, T. *Bringing the State Back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SKOCPOL, T. *Vision and Method in Historical Sociology*. Boston: Cambridge University Press, 1984.
- SMALL, M. Lost in Translation: How Not to Make Qualitative Research More Scientific. In: LAMONT, M., WHITE, P. *Report from Workshop on Interdisciplinary Standards for Systematic Qualitative Research*. Washington, DC: National Science Foundation. Disponível em: <http://home.uchicago.edu/~maiosmall/Documents/Lost.pdf>.
- SMALL, M., NEWMAN, K. Urban Poverty After the Truly Disadvantaged: the Rediscovery of the Family, the Neighborhood and Culture. *Annual Review of Sociology*, 2001. 27, p.23-45.
- SMITH, H. Housing Networks in San Jose, Costa Rica. *Habitat International* 2003. 27, p.83-105.
- SMOLKA, M. Segregação social no espaço: definição do objeto de análise. In: *Estruturas intraurbanas e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica*. Rio de Janeiro: Ipeac/Anpec, 1983.

- São Paulo, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03112009-162339/>.
- SPOSATI, A. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1996.
- TASCHNER, S. Espaço e população nas favelas de São Paulo. XIII encontro nacional da ABEP, 2002.
- TASCHNER, S. Habitação e demografia intraurbana em São Paulo. *Revista Brasileira de População*, 1990. 7(1), p.3-34.
- TAVARES, R., MONTEIRO, M. População e condições de vida. In: GUIMARAES, R., TAVARES, R. *Saúde e sociedade no Brasil dos anos 80*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- TILLY, C. *Big Structures, Large Processes Huge Comparisons*. Nova York: Russell Sage foundation, 1992a.
- TILLY, C. Prisoners of the State. *Historical Sociology*, 1992b. (133).
- TILLY, C. *La desigualdad persistente*. Madrid: Manantial, 2000.
- TILLY, C. Mechanisms in Political Processes. *Annual Review of Political Science*, 2001. 4, p.21-41.
- TILLY, C. Identities, boundaries and social ties. Boulder: Paradigm, 2005.
- TOLEDO, B. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- TOLEDO, D. *O empresariado paulista nos anos 90*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP.
- TORRES, H. A fronteira paulistana. In: MARQUES, E., TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, 2005 a.
- TORRES, H. Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. In: MARQUES, E., TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade de sociais*. São Paulo: Senac, 2005b.
- TORRES, H., BICHR, R. Residential Segregation in São Paulo: Consequences for Urban Policies. In: ROBERTS, R., WILSON, R. (orgs.). *Urban Segregation and Governance in the Americas*. Austin: Palgrave MacMillan, 2009.
- TORRES, H., MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 2001. 4, p.49-70.
- TORRES, H., FERREIRA, M., GOMES, S. Educação e segregação social: explorando os efeitos das relações de vizinhança. In: MARQUES, E., TORRES, H., FERREIRA, M. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo: Senac, 2005.
- TORRES, H. Medindo a segregação. In: MARQUES, E., TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo: Senac, 2005c.

- Environment and Urbanization*, 2007, 19, p.207-23.
- TORRES, H., BICHIR, R. Consequências da segregação residencial para as políticas públicas: o caso do atendimento básico de saúde em São Paulo. *Cadernos do CRH (UFBA)*, 2007, 20, p.245-59.
- TORRES, H., BICHIR, R., PAVEZ, T. Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. *Novos Estudos Cebtrap*, 2006, 74, p.17-22.
- TORRES, H., PAVEZ, T., GOMES, S., BICHIR, R. Educação na Periferia de São Paulo: ou como pensar as desigualdades educacionais?. Workshop Neighborhood Effects, Educational Achievements and Challenges for Social Policies. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2006.
- TROTTER, R. Friends, Relatives and Relevant Others: Conducting Ethnographic Network Studies. In: SCHENSU, R. *Mapping Social Networks, Spatial Data and Hidden Populations*. Londres: Altamira, 1999.
- VALLADARES, L., PRETECEILLE, E. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: QUEROZ, L. *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Observatório/Revan, 2000.
- VALLE SILVA, N. Prefácio. In: RIBEIRO, C. *Estrutura de classes e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Edusc/Anpocs, 2007.
- VEIGA, D. *Social Inequalities and Socio-Spatial Changes: The Case of Montevideo*. RC21 Conference. São Paulo, ago. 2009.
- VETTER, D. A segregação residencial da população economicamente ativa na região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo grupos de rendimento mensal. *Revista Brasileira de Geografia*, 1981, 43(4), p.587-603.
- VILELA, J. A dívida e a diferença. Reflexões a respeito da reciprocidade. *Revista de Antropologia*, 2001, 44(1), p.85-220.
- VILLAÇA, E. *Espaço intrurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- WACQUANT, L. Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano. *Mana: Estudos de antropologia social*, 1996, 2(2), p.145-61.
- WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- WACQUANT, L. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. Berkeley, 2007. Disponível em: http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/LW-ESTIGMATIZACAO_TERRITÓRIAL.pdf.
- WACQUANT, L. *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality*. Cambridge: Polity Press, 2008.
- WASSEMAN, S., FAUST, K. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo, UNB/Imprensa Oficial, 1999 [1922].
- WEILMAN, B. The Community Question: The Intimate Networks of East Yorkers. *American Journal of Sociology*, 1979, 84(5), p.1201-31.
- www.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/lawcomm/lawcomm7.PDF. Disponível em <http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/publications/lawcomm/lawcomm7.PDF>.
- WHITE, H. Network Switchings and Bayesian Forks: Reconstructing the Social and Behavioral Sciences. *Social Research: An International Quarterly of the Social Sciences*, 1995, 62(4), p.1035-63.
- WILSON, W. *The Truly Disadvantaged: The Inner City, The Underclass and Public Policy*. Chicago: University Chicago Press, 1987.
- WILSON, W. *Expanding the Domain of Policy-Relevant Scholarship in the Social Sciences*. Londres: Case/ISE, 2002.
- WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VEILHO, O. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972 [1938].
- WU, F. Urban Poverty and Marginalization Under Market Transition: The Case of Chinese Cities. *International Journal of Urban and Regional Research*, 2004, 28(2), p.401-23.
- YINGER, J. Housing Discrimination and Residential Segregation as Causes of Poverty. In: DANZIGER, S., HAVERMAN, R. *Understanding Poverty*. Nova York: Russell Sage, 2001.
- ZALUAR, A. Urban Violence, Citizenship and Public Policies. *International Journal of Urban and Regional Research*, 1993, 17(1), p.56-66.
- ZALUAR, A., RIBEIRO, A. Teoria da eficácia coletiva e violência. *Novos Estudos Cebtrap*, 2009, 84, p.175-96.

SBD / FFLCH / USP	
Bib. Florestan Fernandes	Tombo: 314740
Aquisição: Doação	Verba:
Proc.	PROF. EDUARDO
N.F.	R\$ 40,00 07/12/2018

SBD/FFLCH/USP